

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE DO SISTEMA DE REFERÊNCIA TEMPORAL E ASPECTUAL NA LIBRAS, SOB UM ENFOQUE SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO

No capítulo dois foi apresentado um breve histórico das principais teorias que subsidiam hoje as pesquisas relacionadas às categorias tempo e aspecto e, rapidamente, assinalou-se uma sugestão para ser seguida nesta tese, sem, porém, aprofundar o grau de explicação de tal proposta porque ainda era preciso mostrar como são tratadas essas categorias nos estudos específicos de línguas de sinais.

Além disso, pela natureza viso-espacial da língua aqui analisada – o que torna suas características de difícil apreensão pelos usuários de línguas orais – também se fez necessário realizar, no capítulo anterior, uma exposição da leitura dos dados, isto é, apresentar uma descrição tipológica das diferentes formas dos sinais que são empregadas na LIBRAS para estabelecer referência temporal e aspectual. Nesse sentido, essa exposição se aproxima do que têm feito os pesquisadores de línguas de sinais apresentados no capítulo dois e, para acrescentar a esses estudos, neste capítulo busca-se uma explicação para os dados sob uma perspectiva que aproxima algumas hipóteses das áreas da semântica e da pragmática, elaboradas na tentativa de esclarecer o processo da significação lingüística. O intuito é que tal explicação venha a comprovar o fato de que as línguas de sinais são estruturadas como qualquer outra língua humana, como defendido no início desta tese.

Uma vez que se considera esse fato, as generalizações realizadas para as línguas orais podem ser confirmadas ou contrariadas por descobertas feitas nas línguas de sinais.<sup>59</sup> Portanto, é plausível estabelecer um paralelo entre análises realizadas para essas duas modalidades lingüísticas. Nas palavras de Quadros (1999):

*The morphology as well as the syntax of languages show how language can be organized observing constraints even without sound. Signed words have internal structure and sentence-internal organization that reflects the computational process of language being studied in spoken languages. There are morphological process for inflecting words in sign languages similar to those that have been described for spoken languages. Inflection for number, tense and agreement, as well as aspect, are some of the possible inflections that have been analysed in sign languages.*(QUADROS, 1999:36)

<sup>59</sup> Isso também está discutido no capítulo 1, item 1.1.2.

Por isso, é possível se valer, nesta tese, de pesquisas sobre aspectualidade realizadas com línguas orais para uma aplicação em línguas de sinais. Entre essas pesquisas, está a proposta de Lin (2002), que investiga a referência temporal em Chinês Mandarim, considerando fatores como a existência de diferentes situações de significação, a semântica lexical, a interpretação dos sintagmas nominais, as regras de inferência e conhecimento de mundo, juntamente com uma formalização para a estrutura semântico-sintática de tempo/aspecto. Essa proposta se aproxima da análise de Godoi (1992), a qual realiza uma interpretação aspectual que completa a temporal, visto que as classes aspectuais, para a pesquisadora, estão localizadas em intervalos no tempo e só podem ser conceituadas se consideradas as situações contextuais expressas pelas sentenças.

Na tentativa de definir melhor “contexto”, uma vez que esse é um elemento essencial para o encaminhamento teórico aqui delimitado – até mesmo pela confluência teórica entre as propostas de Lin (2002) e Godoi (1992) –, esta tese se vale, também, neste capítulo, da sugestão de Roberts (1995) para dar conta de algumas questões pragmáticas relacionadas à restrição de domínio do escopo de operadores – inclusive os temporais –, o qual para a autora é pressuposicional e dinâmico. Igualmente, a fim de avaliar a questão do papel do contexto no estabelecimento do significado, também se colocam aqui algumas observações de Levinson (2000), principalmente no que diz respeito à noção de implicatura conversacional generalizada. Segundo esse autor, algumas informações na linguagem podem ser presumidas por *default* – por meio da interação entre princípios gerais da semântica, sintaxe e pragmática – e não necessariamente inferidas especificamente do contexto.

Para tanto, primeiramente é apresentada a proposta de Roberts (1995), já com algumas aplicações aos dados da LIBRAS. Em seguida, discute-se a hipótese de Levinson (2000) para, na seqüência, se estabelecer uma análise das categorias tempo e aspecto com base no entrecruzamento das hipóteses, principalmente, desses dois estudiosos, juntamente com as de Lin (2002) e Godoi (1992).

#### 4.1 Da necessidade de uma interpretação semântica pressuposicional para o arcabouço formal

As observações feitas neste item são indicações que complementam as propostas teóricas aplicadas na continuidade deste capítulo. Por isso, tais observações estão apresentadas ainda sem uma relação direta com a descrição das categorias tempo e aspecto na LIBRAS. Ou seja, o que se mostram agora são as diretrizes gerais para que a análise dos dados, aqui desenvolvida, esteja também conduzida por um olhar que considere a participação de elementos pragmáticos na construção do sistema de referência temporal/aspectual nas línguas.

A primeira questão que se coloca para isso é a possibilidade de avaliar a estrutura lingüística como um arranjo de três propriedades principais, que seguem regras hierarquizadas para sua organização: sintaxe, semântica e pragmática<sup>60</sup>. Cada uma delas pode ser investigada isoladamente. No entanto, é notório que o significado envolve não apenas um campo, mas princípios sintáticos, cognitivos, interacionais e outros. Um item lexical, por exemplo, apesar de conter um significado, passa a ter um sentido somente ao ser inserido em uma proposição que, por sua vez, recebe uma função apenas quando se torna um discurso. Ainda nessa visão, a sintaxe correlaciona o domínio semântico proposicional e o pragmático discursivo. Ou seja, há uma composição da estrutura lingüística. Isso pode ser exemplificado com as sentenças perfectivas, imperfectivas e/ou iterativas, analisadas no capítulo anterior, cujo valor aspectual e temporal do verbo pode ser modificado na dependência dos seus complementos, das expressões temporais, dos advérbios e até do próprio contexto.

A composicionalidade, então, é a proposta que subsidia os trabalhos como os de Roberts (1995) e Levinson (2000), cujas hipóteses direcionadoras das investigações lingüísticas têm uma orientação pragmática. Há uma linha dominante, hoje, nesses estudos, que toma como foco para a análise dos significados lingüísticos a participação do *common ground* (conhecimento compartilhado pelos falantes). Nessa linha, insere-se o trabalho de Roberts (1995) sobre a questão da

---

<sup>60</sup> Vale ressaltar que as propriedades fonológicas também fazem parte desse arranjo. Sobre isso podem ser citadas como exemplo possíveis análises da prosódia como elemento para identificar segmentações semânticas e sintáticas.

restrição do escopo nuclear dos enunciados. A sugestão da autora considera que essa restrição é, sobretudo, pressuposicional e, por isso, dinâmica. Ao propor essa hipótese, ela retoma para a discussão a divisão natural de quantificadores e outros operadores, que tem sido empregada por muitos pesquisadores, entre eles, Partee (1995), Petrônio (1995) e Portner (1995) para análise do escopo e sua relação pragmática:

#### 1.[Operador, Restrição, Escopo Nuclear]

Esse esquema mostra como o operador é tomado para ter dois argumentos: o da Restrição, que restringe o domínio sobre o qual o segundo argumento, Escopo Nuclear, tem o valor determinado. Conforme a autora, esse esquema não mostra a necessidade de reconhecer que o domínio de restrição pode ser estabelecido, em parte ou totalmente, pelo contexto, isto é, o domínio de restrição é, freqüentemente, pressuposicional. Isso porque, no momento da interlocução, o falante pode não explicitar qual o domínio de restrição desejado para um operador, por acreditar que o ouvinte o fará por meio de informações contextuais. De acordo com Roberts (1995), o domínio de restrição afeta diversos operadores, como quantificadores, modais, advérbios de quantificação e flexão de referência temporal, dos quais o último é o mais interessante para esta pesquisa.

Quem realiza algumas observações sobre a restrição de escopo de operadores, em línguas de sinais, é Zeshan (2003), ao observar o fato de que muitas sentenças, na Língua Indo-Paquistanesa de Sinais, são acompanhadas por uma expressão facial adverbial, cujo escopo pode se estender sobre toda a oração ou deixar uma parte inicial da sentença de fora do seu domínio. Ainda sobre a restrição de escopo, a estudiosa também afirma que, nessa língua, há sinais que são partículas funcionais, as quais determinam os tipos das orações. Tais sinais têm escopo sobre toda a oração. Essas partículas não ocorrem com todas as orações, mas quando presentes se dão em posição final nas sentenças, ou seja, depois do predicado. Isso acontece mesmo com as expressões temporais – as quais, usualmente, iniciam sentenças na Língua Indo-Paquistanesa de Sinais – ao serem empregadas como partículas funcionais, ou seja, elas sempre seguem o predicado.

O que se percebe sobre isso com relação à LIBRAS é que os operadores temporais podem ter o seu escopo estendido para restringir a temporalidade de toda a sentença.<sup>61</sup> E, apesar de Roberts (1995) se deter mais na análise de operadores condicionais, é possível observar algumas questões também sobre os temporais, como os da LIBRAS, conforme um exemplo organizado por ela e rerepresentado a seguir.<sup>62</sup>

2.

- a) *When Alice called her to dinner, Gertrude gladly put aside her papers and left her desk.*
- b) *Alice called Gertrude to dinner shortly after dusk. Gertrude gladly put aside her papers and left her desk.*

Para Roberts (1995), em (2a) a oração adverbial *when* é que fornece a referência de tempo para a sentença principal, enquanto que em (2b) a referência temporal é, implicitamente, dada pela seqüência de eventos no discurso. Para isso, a autora considera a proposta de Reichenbach (1947), sobre a referência de tempo, usada na determinação da localização de um evento temporal, como uma espécie de restrição de domínio, com um operador agindo sobre intervalos de tempo ou eventos.<sup>63</sup> O tempo de evento é, dessa maneira, relativamente determinado por alguma referência temporal.

Na LIBRAS há muitas ocorrências como essas em que um operador fornece a referência temporal para toda a sentença ou a seqüência dos eventos expressa a temporalidade, observe-se:

3.

- a) DEPOIS IDADE MAIS TRABALHAR PRONTO, MUDAR CURITIBA, ENCONTRAR MARCOS... (RO, E.avi)

“Quando cheguei à idade para trabalhar, mudei para Curitiba e encontrei o Marcos...”

<sup>61</sup> Isso já foi como indicado no capítulo anterior e será aprofundado no decorrer deste.

<sup>62</sup> Uma análise das relações temporais estabelecidas entre orações subordinadas ou coordenadas, na LIBRAS, pode indicar que esses operadores também restringem a temporalidade sobre duas ou mais sentenças. Essa é uma investigação interessante a ser realizada em trabalhos futuros.

<sup>63</sup> A proposta de Reichenbach (1947) está sintetizada no capítulo 2, deste trabalho.

b) <sub>3s</sub>NAMORAR, <sub>3s</sub>CONVERSAR, FUTURO <sub>3s</sub>CASAR (LE, B.avi)

“Namoraram, conversaram e no futuro se casaram...”

Note-se que em (3a), assim como nos exemplos de Roberts (1995), a restrição para temporalidade dos eventos é claramente dada pela estrutura da própria sentença, pelo operador, que funciona como tempo de referência em composição com os valores aspectuais dos verbos MUDAR e ENCONTRAR, os quais estão denotando eventos perfectivos. Já em (3b), a referência temporal é implicitamente dada, provavelmente, pela seqüência discursiva para a narrativa.

Roberts (1995) diz que para o operador da expressão dada em (1), em algum nível, o conteúdo do primeiro argumento, ou o termo restritor é, mesmo que parcialmente, colocado por um aspecto explicitamente estrutural da sentença, por exemplo, como o teor do NP para os quantificadores, a flexão temporal para o operador sobre tempos ou eventos, a estrutura focal para determinados operadores. Mas para alguns desses operadores, como os advérbios de quantificação e os modais, a pesquisadora defende que o primeiro argumento não é sempre dado dessa forma, ou seja, pela estrutura sentencial, então propõe uma estrutura lógica para esses operadores com restrição implícita:  $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$ . Essa estrutura se aproxima do esquema apresentado em (1), mas aqui **Q** (a variável que é o escopo nuclear do operador) é o lugar saturado pelo argumento sintático do operador. Já o valor da oração restritiva – a variável livre **R** – deve ser dado pelo contexto.

Assim, há necessidade de se definir semanticamente o contexto. Roberts (1995) retoma para isso a noção de *common ground* (conhecimento compartilhado) de Stalnaker (1979). Esse conhecimento seria um conjunto de conceitos comuns, entre os interlocutores, sobre o que é o mundo e também certas informações sobre o interior do próprio discurso. É com essa perspectiva que a autora procura caracterizar o domínio de restrição, isto é, ele seria pressuposicional, com dependência não apenas da estrutura interna da linguagem, mas também da interação entre a interpretação semântica e a idéia da existência do conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Desse modo, o domínio de restrição seria dinâmico.

Antes de aprofundar a discussão sobre a dinamicidade lingüística relacionada ao estabelecimento de restrições do escopo de operadores é necessário salientar que, para essa análise, o conceito de pressuposição deve ser revisto. Em sua investigação, Roberts (1995) considera que a pressuposição tem aspectos pragmáticos, além dos essencialmente gramaticais, por isso o fator dinâmico pode ser postulado para a restrição de significados. Vale destacar que essa idéia se aproxima à de Chierchia (2003: 589), o qual sugere uma análise em que “[...] a relação da pressuposição é um nexo entre proposições (ou entre sentenças)”. Para essa leitura é preciso observar, conforme Allan (2001), que as sentenças têm como característica um potencial de atualização do contexto, quer dizer, de realizar asserção. Vista dessa maneira, de acordo com Chierchia (2003), é possível compreender pressuposição como condições que um contexto deve satisfazer para que uma asserção possa ser aplicada, atualizando informações. Assim, as proposições podem ser tomadas como objetos parciais, pois devem ser definidas nos mundos em que as pressuposições são satisfeitas.

Considerando, então, pressuposição como a significação da sentença atrelada às condições dadas por fatores lingüísticos e extralingüísticos, Roberts (1995) assume que a restrição de domínio depende de aspectos não lingüísticos, ou seja, do contexto. Dessa forma, a autora passa a avaliar duas maneiras diferentes de analisar o fenômeno da restrição de domínio: considerar que a restrição se dá em bases algorítmicas da estrutura de sentenças ou pela estrutura de todo o discurso em questão. A pesquisadora, na verdade, deixa sempre evidente em sua investigação a argumentação de que a determinação da restrição de domínio do significado envolve questões sobre conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Assim, considera que apenas uma estrutura algorítmica sentencial é pouco para uma boa análise semântica.

Então, para dar conta da descrição desse conhecimento compartilhado, Roberts (1995) recorre, primeiramente, à inclusão da noção de acomodação (*accomodation*), proposta originariamente por Lewis (1979). A idéia de acomodação é a de que, se um falante pressupõe alguma coisa que não está explicitada no discurso, o ouvinte, com o objetivo de cooperar, comporta-se como se o assunto já pertencesse ao conhecimento compartilhado. Ou seja, no interesse de ocorrer uma

interpretação relevante, os interlocutores agem como se a relevância, que contextualmente é fornecida pela restrição de domínio, fosse claramente dada pelo locutor.

Assim, de acordo com a autora, a dificuldade em traduzir os significados discursivos está no fato de que, para fazê-lo, na realidade o falante conta com a familiaridade pressuposicional, além de precisar se manter a par de todas as proposições não reais presentes no discurso, acumular marcadores discursivos para “referentes” hipotéticos ou ficcionais e, ainda, estruturar na informação – como requerido – o que Roberts (1987, 1989) chamou de *hypothetical common ground* (conhecimento compartilhado hipotético) .

Segundo a pesquisadora, o campo comum hipotético é um conjunto de proposições familiares para ambos os interlocutores, as quais devem ser compatíveis, mas não necessariamente verdadeiras no mundo real – quer dizer, simultaneamente verdadeiras em algum mundo possível. Além disso, ele é construído de uma maneira estritamente cumulativa de sentença para sentença, satisfazendo a exigência da acomodação ao providenciar antecedentes, por exemplo para pronomes, bem como das proposições de tais antecedentes. A proposta de Roberts (1995) é de que o número de proposições requeridas para um conhecimento compartilhado hipotético satisfatório é limitado, em princípio, somente pela quantidade de anáforas possíveis para que os interlocutores consigam se manter a par dos sentidos em um discurso.

No caso apresentado em (3b), por exemplo, o locutor pode se valer da suposição de que seu interlocutor tenha como familiar, em um dos seus mundos possíveis, que é preciso namorar, conversar, para depois se casar. Esse conhecimento compartilhado hipotético auxilia a interpretação temporal dos eventos. Observe-se mais um exemplo, agora com restrição dada anaforicamente:

4. CHEGAR IGREJA SINAL<sup>3x</sup> PESSOAS, OBSERVAR<sup>flexão-cursivo</sup>, OI TUDO BEM?,  
SENTAR, SINAL<sup>2x</sup> PESSOAS TEATRO. (LE, B.avi)

“Cheguei na igreja, encontrei pessoas, fiquei observando, disse “Oi tudo bem?”, sentei, e as pessoas apresentaram teatro.”



O interlocutor interpreta o “teatro” como sendo “na igreja”, pois sua pressuposição familiar acomoda localmente cada um dos eventos “na igreja”. Dessa maneira, a restrição anafórica para esse sintagma nominal é construída por instanciação de pressuposições locais.

Para confirmar isso, a estudiosa apresenta exemplos cujas pressuposições envolvidas estão acomodadas sob o escopo de um operador condicional, com uma acomodação local, e não se tornam uma parte do conhecimento compartilhado real para o discurso como um todo.

5.

- a) *If I had a garden, I'd plant an apple tree.*
- b) *It would bear fruit in a few years.*
- c) *# It was damaged in the late frost last.*

Em (5b), segundo a autora, a acomodação local de *I plant an apple tree*, para restringir o domínio de *would*, fornece um antecedente para *it*, ou seja, o marcador discursivo para *apple tree*. Mas o pronome, em (5c), não tem acesso à proposição não-real, então, ele não pode “instanciar” *an apple tree*. Além disso, com relação à restrição na anáfora para os NPs introduzidos em proposições acomodadas localmente, há outro aspecto interessante, pois ela é relativamente livre, somente exigindo, em geral, que a proposição em questão seja consistente com qualquer uma acomodada localmente, como no exemplo da LIBRAS em (4). Dessa forma, o resultado do conhecimento compartilhado hipotético é consistente e o conjunto de contexto hipotético preenchido. Isto é, o falante pode realizar seu discurso contando com a participação do ouvinte, independentemente de as conseqüências de qualquer conjunto de proposições serem ou não verdades reais.

Conforme Roberts (1995), isso contrasta com a acomodação global, na qual a pressuposição é permanentemente somada ao conhecimento compartilhado real. Na verdade, a acomodação global é como uma outra premissa lógica da qual se deduzem conclusões, instanciações individuais, etc. Assim, uma vez estabelecida a verdade de uma proposição no discurso, por sua afirmação ou por sua acomodação global, os interlocutores podem, livremente, assumi-la incluindo a existência de

qualquer indivíduo ou proposição referidos anteriormente no discurso. O próximo exemplo da LIBRAS ilustra uma ocorrência de acomodação global:

6. PROIBIDO SINAIS EPHETA, EX EU PEQUENA SINAIS<sub>3s</sub> ENSINAR<sub>1s</sub>, RÁPIDO LABIAL NÃO-ENTENDER, RÁPIDO, SINAIS++ (expressão facial esconder) PROFESSOR@ VIR, <sub>1s</sub>DISFARÇAR, <sub>3s</sub>SAIR UFA!, SINAIS DISFARÇAR. LEMBRAR BEXIGA AMARRAR, ENCOSTAR ROSTO “A”, SENTIR “A, E, I, O, U,” SEMPRE, SÓ, SÓ, RUIM, RUIM, BOM-NÃO, SINAIS PRECISAR...(JO, A.avi)

“Na Epheta, LIBRAS é proibida. Quando eu era pequena e me ensinavam sinais, eu não entendia labial porque era muito rápido, fazia sinais escondido, a professora vinha, eu disfarçava, ele saia UFA! Lembro de amarrar bexiga, encostá-la no rosto e sentir “A,E,I,O,U”. Sempre, só isso. Era ruim, não era bom. Eu preciso de sinais...”

Nessa ocorrência, o operador EX restringe, juntamente com o valor aspectual dos verbos, a temporalidade dos eventos. A proposição acomodada globalmente fica por conta do conhecimento familiar, na comunidade surda, do que é Epheta. Estabelecida, então, entre os interlocutores, a verdade dessa proposição, ela passa a ser assumida para todo o discurso.

Uma característica da acomodação global, nesse exemplo, observada pela estudiosa, diz respeito à exigência de que não somente o conhecimento compartilhado seja consistente, mas que também a verdade da proposição receba a aprovação consensual entre os interlocutores, pois somente dessa maneira ela será somada ao conhecimento, mantendo-o como “mútuo”. Para Roberts (1995), com essa visão, conhecimento compartilhado poderia ser descrito como um conjunto de crenças mútuas. Portanto, a acomodação global requer mais reflexões do que a acomodação local, a qual precisa somente de consistência. Para exemplificar essa questão, a autora coloca o seguinte discurso:

7.

- a) *The author claims that Vulcan exists after all.*
- b) *It has circled around Mercury for ages without us ever noticing it.*

Para o entendimento de *It* (7b), o ouvinte desse discurso precisa acomodar a idéia de que o locutor, além de relatar uma exigência do autor do enunciado, concorda que *Vulcan exists after all*. Nesse exemplo, é possível considerar, então, um argumento cujas proposições não reais estão globalmente disponíveis no discurso. Por isso, a pesquisadora salienta que, para a anáfora ter acesso aos antecedentes no discurso, esse último requer considerável aceitação da proposição, a fim de tornar a anáfora lícita e não apenas compreensível.

De acordo com Roberts (1995), isso pode ser visto (à luz de teorias contemporâneas da anáfora em discurso) com as anáforas cujos antecedentes são proposições, como é o caso do exemplo (6), pois um pronome, por exemplo, não requer um antecedente, mas a existência da entidade referida para ser acarretada pelo discurso prévio. É possível que uma proposição no campo comum possa, ainda, ser a conjunção de duas ou mais asserções. Outro caso como esses, apresentado pela autora, é o das sentenças com o advérbio *so* 'assim'. Observe-se o exemplo:

8.

- a) *Suppose John had a cat (which he doesn't).*
- b) *He'd have cat hair in his house.*
- c) *I'm allergic to cat hair.*
- d) *So, I hope he doesn't get a cat.*

Nessa proposta, para a pesquisadora, a acomodação deve ser desencadeada pela pressuposição, ou seja, o interlocutor acomoda uma restrição de domínio apropriada para um operador voltando ao discurso para encontrar material não real pragmaticamente adequado. Além disso, para que qualquer proposição seja acomodada, é necessário satisfazer simultaneamente outras pressuposições salientes, tais como as dos NPs definidos e das referências temporais e, ainda, considerar a exigência de que ela seja consistente com o conhecimento compartilhado.

De acordo com Roberts (1995), portanto, a natureza da restrição de domínio é inerentemente pragmática, pois o interlocutor deve acomodar o domínio pretendido

pelo locutor valendo-se de pistas do discurso inicial e, simultaneamente, satisfazer qualquer outra pressuposição. Para considerar como esse domínio pretendido é recuperado pelo interlocutor, a pesquisadora diz ser necessário caracterizar aspectos relevantes do discurso.

Vale destacar a observação da autora com relação a um operador que, convencionalmente, não tem sido analisado como termo restritor: a referência temporal. Para a pesquisadora, pode se mostrar que, na recuperação da referência temporal pretendida pelo falante, nenhuma teoria descrevendo as categorias tempo/aspecto somente relacionadas à sucessão de sentenças será adequada para explicar esse fenômeno, o qual, segundo ela, ocorre muito mais por meio de arranjos discursivos.

Sob essa perspectiva, ao investigar tempo/aspecto visando apenas a formalização das sentenças, restringe-se a interpretação, uma vez que não se consideram funções das relações discursivas existentes entre as sentenças. Portanto, para Roberts (1995) é possível avaliar a referência temporal como restrição de domínio, cujo operador tem uma variável restritiva, a qual indica um valor proposicional do contexto. Isso parece se dar com os operadores temporais da LIBRAS, bem como com as flexões aspectuais, como mostrado no capítulo anterior. Essa questão é retomada adiante.

Naqueles casos em que o domínio de um operador é em parte convencionalmente restrito, fatores pragmáticos são centrais para a ocorrência dessa restrição. E a proposta da autora sugere que as orações temporais, cujos advérbios convencionalmente restringem o domínio, podem ser analisadas de uma maneira paralela à que se apresentou aqui para os casos dos nominais, ou seja, por meio das propostas de acomodação local e global, bem como do conhecimento compartilhado hipotético. Lembrando que, mesmo se a estrutura de uma sentença é convencionalmente observada para restrição, são necessárias informações sintáticas e semânticas sobre tal estrutura, bem como sobre as sentenças anteriores, visto que é preciso uma variedade de tipos de informações usualmente descritas como pragmáticas, isto é, informações sobre o conhecimento compartilhado, incluindo vários tipos de implicaturas e inferências.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Essas questões serão retomadas com exemplos na LIBRAS durante a descrição dos dados embasada nas teorias de Lin (2002) e Godoi (1992).

Esse tratamento de termos restritivos de certos operadores como uma variável cujo valor é fixado pelo contexto, colocado por Roberts (1995), reflete a posição adotada pela pesquisadora de que nesses casos a restrição de domínio é um fenômeno dinâmico e essencialmente pressuposicional e, por isso, faz-se necessário considerar a hipótese do conhecimento compartilhado como uma noção dinâmica de contexto.

Nesse sentido, os exemplos aqui apresentados demonstram que as pressuposições envolvidas nos discursos são interlocutivas e, diferentemente das pressuposições sentenciais, elas não são necessariamente explicitadas ou convencionadas, tanto que um interlocutor atento pode recuperá-las por meio de informações contextuais. Para tanto, elas são acomodadas no conhecimento compartilhado relevante (hipotético), e a restrição de domínio é uniformemente dada para todo o discurso. Nesses casos, ainda é possível, seguindo Roberts (1995), assumir uma forma lógica como  $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$ , desde que se considere, nessa expressão, a variável livre **R** como uma pressuposição familiarmente convencionada. Já quando a restrição de domínio é apenas parcialmente dada, ou seja, não é para todo o discurso, a adição da pragmática pode ser tomada como não-convencional – assim como se verifica nos exemplos em que os intervalos temporais, na LIBRAS, são restringidos pelas flexões aspectuais (semânticas e gramaticais) ou por operadores temporais com em (3a) e (6).

Outra situação, descrita por Roberts (1995), com base nos dados de Prior (1967), é a proposta de que há exemplos temporais cujo domínio de restrição pretendido pela flexão temporal pode ser considerado como passado ou futuro. Veja-se a sentença a seguir:

9. *John was born, and he will die.*

Alguns exemplos dessa situação na LIBRAS aparecem em construções como:

10. AGORA (EU) IR-EMBORA.

“Eu vou embora agora.”

11. HOJE EU VOU À CASA DA MINHA MÃE.<sup>65</sup>

“Hoje eu vou à casa da minha mãe.”

Tais exemplos sugerem que há um domínio máximo sempre familiar e, freqüentemente, saliente. Em outras palavras, para Roberts (1995) não há contexto completamente nulo, uma vez que o domínio máximo, para todos os tipos de operadores, é sempre acessível. Mesmo nos casos de anáfora, a plausibilidade e, talvez, outros fatores pragmáticos sejam tão importantes quanto à acessibilidade lógica, pois a recuperação do domínio pretendido depende, também, da familiaridade e saliência.

Em discursos cujo domínio máximo relevante não pode ser avaliado como o domínio pretendido para um operador – se o operador não tem termo restritor explícito –, então, é possível observar a existência de alguma outra saliência ou restrição usual para satisfazer a pressuposição familiar da variável livre **R**.

Ao considerar que a restrição de domínio é pressuposicional, a autora ainda discute a possibilidade de se observar também a exigência de filtro em certos contextos intra-sentenciais, como o proposto por Karttunen (1973). Esse filtro nem sempre projetaria pressuposições para todo o contexto precedente, por existirem construções que este último pesquisador denomina de “holes”, nas quais as pressuposições de subconjuntos são projetadas para toda a estrutura.<sup>66</sup> Para analisar essa questão, é interessante observar aqui um exemplo considerando a referência temporal:

12.

- a) *I'll help you.*
- b) *Whenever you need a hand, I'll help you.*
- c) *I won't help you.*

Nesse discurso, para Roberts (1995), há algum intervalo futuro que é familiar ou uma situação durante a qual o evento “de ajudar você” se realizará. Para ser aceito, esse discurso deve ser dito em um contexto no qual haja uma compreensão

<sup>65</sup> Esse exemplo foi retirado de Strobel & Fernandes (1998).

<sup>66</sup> Com relação a essa proposta de Karttunen (1973), Chierchia (2003: 579) observa que “as sentenças, ao atualizarem contextos, agem sobre as situações do contexto como peneiras: excluem algumas sentenças e deixam passar outras; aquelas que passam pela peneira são, intuitivamente falando, as situações em que a sentença é verdadeira”.

anterior – isto é, o conhecimento compartilhado – de um evento futuro saliente, durante o qual está implicado o oferecimento de ajuda por parte do locutor. Assim, não há, nesse exemplo, um requerimento explícito de um operador temporal para ser restritor de domínio; basta avaliar que a sentença (12a) poderia ser dita pelo locutor para um amigo que perdeu o emprego e, nesse caso, ambos compreendem o significado de uma possível situação de miséria durante o período de desemprego; é esse período que serve como a restrição de domínio entendido pelos interlocutores. Então, é admissível analisar (12a) em uma construção de filtro, já que há um problema para considerar sua projeção pressuposicional para todo o discurso, uma vez que isso pode se dar por meio de *holds* pois (12b) e (12c), são aceitáveis sem (12a).

Conforme Roberts (1995), esse é um exemplo de que o efeito de filtro de certos contextos está entre as marcas de pressuposição. Ela defende essa idéia ao considerar que a natureza da pressuposição, para ser restritiva, depende do tipo de informação que se espera recuperar do conhecimento compartilhado – pelo menos para casos nos quais a restrição não é dada convencionalmente por um constituinte, que é um argumento para um operador em questão. Essa perspectiva de Roberts (1995) retoma Grice (1967) com a proposta de que o significado deveria ser desenvolvido dentro do contexto amplo de uma teoria de comportamento cooperativo, no interesse da adequação e explanação empírica. Para se dar conta disso, segundo Roberts (1995), uma teoria semântica deve refletir a interação entre o processo de interpretação das condições de verdade e o entendimento dos participantes conversacionais, abarcados em um conhecimento compartilhado dinâmico.

De acordo com a autora, ao valer-se do projeto de interpretação de condições de verdade em um contexto maior, como na teoria de Grice (1967), a acomodação deve ser vista como sendo “ligada” para ter uma função na forma – ainda que indireta. Dessa maneira, seu uso contribui para o desenvolvimento de uma teoria mais adequada de pressuposição. Além disso, Roberts (1995) faz notar que as pressuposições, freqüentemente, são dadas por fatores não lingüísticos. Quando são colocadas por convenção – por uma variável livre em uma estrutura como  $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$  – ou implicitamente sugeridas pelo contexto (como em (13) a

seguir, com uma restrição convencionada para quantificadores), não é possível avaliá-las puramente pela estrutura da sentença em questão ou pelo discurso em si. Isso porque a restrição de domínio para todos os tipos de operadores envolveria essencialmente acomodação de pressuposições pragmáticas, baseadas no conhecimento compartilhado e, ainda, inferências esquematizadas nas bases desse conhecimento. Em consequência disso, é preciso analisar uma caracterização unificada da restrição de domínio para todos os tipos de operadores para, dessa forma, explicar a dinâmica dessa restrição.

13. *The dinner guests had rhubarb pie for desert. Everyone developed a rash.*

Com essa leitura, pressuposição pode ser vista como uma significação próxima à de implicatura. Nesse sentido, Allan (2001) afirma que pressuposição é um tipo de implicatura conversacional, pois ambas apresentam a característica de serem passíveis de cancelamento. Quer dizer, é possível a existência de um tipo de pressuposição pragmática. Além disso, assim como na análise de Chierchia (2003), a projeção das pressuposições advém das atividades dos agentes ilocutivos.

Roberts (1995) enfatiza que a informação pressuposicional não é motivada somente pela resolução da restrição de domínio pretendido, nem se trata apenas de uma questão de determinar os significados do falante em termos sugeridos por Grice (1967). Mais do que isso: é a observação de uma teoria adequada para a restrição de domínio, a qual poderia predizer que certas leituras são simplesmente impossíveis em determinados contextos, o que, conforme a pesquisadora, teorias que usam somente estrutura ou informação semântica não podem realizar. Roberts (1995) estabelece, então, a necessidade de se considerar o nível do significado do falante, ou seja, o conhecimento compartilhado, que gera acomodação local e global para avaliar leituras possíveis com relação à restrição de escopo, inclusive no que diz respeito à restrição temporal. Assim, pela sugestão de que pressuposição pode ser avaliada por fatores gramaticais e extralingüísticos, fica em aberto a possibilidade de o tipo da organização da estrutura lingüística escolhida pelos falantes, de alguma forma, também fazer parte da delimitação pragmática para a



interpretação dos significados. Essa é a proposta de Levinson (2000), sintetizada a seguir.

#### 4.1.2 Pressuposição e o significado do tipo de enunciado

Levinson (2000) traz uma proposta cuja fundamentação contraria a idéia de que teoria pragmática deveria considerar somente o nível do significado do falante, uma vez que defende a existência de um terceiro nível, o do significado do tipo de enunciado, no qual especificidades de formas lingüísticas têm leituras preferidas pelos interlocutores. Esse nível, de acordo com o autor, é interposto entre o significado do falante e o da enunciação e, geralmente, é dado por mecanismos pragmáticos, os quais produzem inferências de caráter *default* e *defeasible*, isto é, subentendidas por padrão, como protótipos e, em princípio, abertas à revisão. De acordo com Levinson (2000), pelo menos algumas das propriedades de tais inferências podem ser capturadas com um sistema heurístico racional não-monotônico,<sup>67</sup> já que essas inferências são dadas por pressuposições fortes, por serem geradas sob a perspectiva de um assunto mútuo com coordenações implícitas.

Nesse sentido, a regularidade lingüística é uma fonte freqüente para interpretação, produzindo uma grande classe de implicaturas que são, na verdade, inferências dadas por *default* por meio de sistematização da estrutura da língua. Levinson (2000) denomina esse arranjo de *Generalized Conversational Implicature* (GCI) – implicatura conversacional generalizada –, com base nas propostas de Grice (1967).

A teoria da GCI, desenvolvida por Levinson (2000), descreve um conjunto de princípios, os quais, implicitamente, guiam o falante quando este tem que escolher, para uma leitura específica, a implicatura denotada pelo significado do tipo de enunciado. Na verdade, o autor pretende elaborar uma teoria sobre interpretação presumida por meio da estrutura lingüística, mais do que pelo contexto. Essa estrutura pragmática – a preferência do significado, ou significado *default*, dada pelo tipo de enunciado – intercoloca-se entre o significado do falante e o da enunciação.

<sup>67</sup> Conforme Levinson (2000), o significado pragmático tem como principal característica o fato de poder ser cancelado, ou seja, ser não-monotônico. Já ao contrário, a inferência semântica não pode ser revista, então é considerada monotônica.

Ou seja, a GCI situa-se no meio da organização lingüística, sistematicamente influenciando, por um lado, sintaxe/semântica e, por outro, o significado do falante. Essa assimetria é essencial, de acordo com o pesquisador: uma vez que inferência é barata e articulação é cara, a estrutura desejada é um sistema que maximize a inferência.

Portanto, é válido pensar sob a perspectiva de que a estrutura lingüística serve como pista interpretativa, mais do que propriamente como conteúdo definitivo para a leitura. Essa proposta está de acordo com a análise realizada para pressuposição por Roberts (1995), Allan (2001) e Chierchia (2003), como apresentado no item anterior. Para organizar, então, sua proposta sob esse enfoque, Levinson (2000), seguindo Grice (1967), retoma a idéia de que a restrição pragmática pode constituir uma interpretação preferida – uma tendência sistemática para ler uma expressão de um modo particular – e passa a pensar o significado como uma noção composta, na qual a significação de um enunciado pode somente ser capturada pela distinção de diferentes tipos de conteúdo: o do código e o do inferido.

Dessa maneira, esse autor propõe, na realidade, uma teoria da composição do significado, na qual a GCI dá conta de uma área relativamente pequena da inferência pragmática, apenas sobre as implicaturas geradas a partir da escolha do tipo de enunciado, por meio de inferência *default*, a qual captura intuições sobre uma interpretação preferida. Esse nível de inferência sistemática não está baseado em computações diretas sobre as intenções do falante, mas em expectativas gerais sobre o como a linguagem é normalmente usada.

Sobre essa abordagem, Allan (2001), igualmente, define implicatura conversacional como uma inferência que se realiza a partir da expectativa sobre o como a linguagem é empregada; dessa maneira, a implicatura surge por fatores gramaticais e extralingüísticos. Segundo o autor, uma implicatura conversacional de um enunciado **U**, realizada em um contexto **C**, é uma inferência pragmática derivada a partir de expectativas estereotipadas sobre o uso das formas das palavras em **U**, em um contexto como **C**. Assim, as implicaturas generalizadas combinam tipos de sentenças com tipos de enunciados, e as particulares são associadas com algum contexto particular. Levinson (2000), ainda seguindo Grice (1967), procura formalizar

essa distinção entre implicatura conversacional generalizada e particular da seguinte forma:

- a) Uma implicatura **i** do enunciado **U** é particularizada se e somente se **U** implica **i** apenas para especificar questões contextuais, que não são passíveis de serem obtidas invariavelmente ou normalmente.
- b) Uma implicatura **i** é generalizada se e somente se **U** implica **i**, a menos que haja uma questão contextual específica (incomum) que a derrote.

Outro ponto da descrição de Levinson (2000) procura defender a idéia, acima colocada, de que inferência é barata e articulação é cara, mostrando que há muitos tipos de regularidades, recorrências e sistematizações de inferências pragmáticas, inclusive no que diz respeito ao significado do falante ou ao significado da enunciação. Conforme o estudioso, o falante, para encontrar caminhos que evitem as dificuldades articulatórias, recorre ao enriquecimento inferencial para evitar a limitação fisiológica. Porém, ele tem que manter esse enriquecimento referencial circunscrito de tal maneira a permitir que os interlocutores possam realmente coordenar a intenção comunicativa de forma adequada. Aqui entra a hipótese mais importante de Levinson (2000), pois essa organização, de acordo com o pesquisador, precisa seguir um conjunto de heurísticas, mutuamente assumido pelos interlocutores. Tais heurísticas podem expor – quando há enriquecimento de inferência e, portanto, multiplicação de informação – o que é realmente codificado pela escolha de uma estrutura lingüística específica. Essa visão de Levinson (2000) se baseia nas hipóteses de Popper (1959) e Bar-Hillel & Carnap (1952), para os quais o conteúdo informacional semântico de uma mensagem pode ser medido na proporção do número de estados de coisas que a mensagem efetivamente exclui. Assim, o crescimento da informatividade codificada, que por si só exclui algum número **n** de estados de coisas e se sobrepõe ao limite da proporção do código, precisa de alguma heurística para excluir alguns dos estados possíveis a mais, produzindo um conteúdo incrementado **n + m**.

Então, para dar conta da descrição do como entra em jogo a implicatura conversacional generalizada para a escolha de significados presumíveis,

considerando a diversidade entre implicatura generalizada e particular e, também, o enriquecimento inferencial versus o emprego restrito do código lingüístico, Levinson (2000) sugere a existência de um conjunto organizacional composto por três heurísticas. A primeira delas é: *o que não é dito, não é*. Essa heurística depende crucialmente do estabelecimento claro de contrastes salientes para sua restrição, por exemplo, a identificação da presença de um cone sobre um cubo vermelho depende da oposição saliente no mundo dos blocos: {cones, pirâmides, cubos}. Na LIBRAS, por exemplo, se não há marca para futuro na sentença, não é futuro.

A segunda heurística propõe que *aquilo que é simplesmente descrito é um exemplo estereotipado*. Essa heurística é extremamente poderosa por permitir ao interlocutor trazer todo o tipo de conhecimento de mundo sobre um domínio para produzir uma interpretação rica com uma descrição mínima, pois, afirma o autor, ao se oferecer especificação mínima, consegue-se informação máxima ou informação estereotipada. Nesse caso, expressões simples e breves encorajam, por essa heurística, uma tendência para selecionar a melhor interpretação para o enunciado mais estereotipado. Dessa maneira, permite-se rotular sob essa heurística um grande número de tendências interpretativas bem conhecidas. Os sinais temporais FUTURO, PASSADO e HOJE/AGORA podem ser tomados como exemplos de denotação estereotipada na LIBRAS.

A terceira e última heurística observa que *aquilo que é dito de uma maneira anormal, não é normal*. Ou seja, mensagem marcada indica situação marcada. Esse princípio também prediz que formas marcadas, em comparação a formas não marcadas correspondentes, são morfologicamente mais complexas e menos lexicalizadas, mais prolixas e perifrásticas e menos freqüentes, bem como menos neutras no registro. Tais formas sugerem um significado adicional ou uma conotação ausente na forma correspondente não marcada. Novamente os sinais FUTURO e PASSADO podem ilustrar essa heurística, já que ao serem usados com flexões – isto é, com forma diferente do sinal raiz – indicam um significado a mais no enunciado, pois acrescentam características que marcam diferentes relações entre intervalos temporais. Tomado junto, o conjunto das três heurísticas serve para multiplicar o conteúdo informacional de qualquer mensagem, transformando a baixa proporção de codificação. Essas heurísticas podem ser operativas a menos que haja

outras indicações contrárias; tudo isso com concordância implícita entre os interlocutores.

É perceptível a estreita relação entre essas três heurísticas e as máximas de conversação de Grice (1967). Levinson (2000) observa que, para conceber essa conexão, é necessário pensar de uma maneira diferente sobre as máximas. Em vez de tomá-las como regras ou normas de comportamento, o autor sugere pensá-las como heurísticas inferenciais primárias, as quais motivam as normas de comportamento. Primeiramente, nota-se que na teoria geral da GCI, a máxima de quantidade é mais utilizada do que a máxima de qualidade. No que diz respeito a cada uma das heurísticas, é possível estabelecer uma relação biunívoca com o esquema de Grice (1967).

A primeira heurística (*o que não é dito, não é*) está relacionada à máxima de quantidade **Q1**, a qual determina que o falante faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida. A segunda (*o que é expressado simplesmente é uma exemplificação estereotipada*), pode ser relacionada diretamente à segunda máxima de quantidade, **Q2**: o falante não deve fazer sua contribuição mais informativa do que o requerido. A idéia subjacente é evitar dizer o que não pode ser garantido. Já a terceira heurística (*o que é dito de uma maneira anormal, não é normal*), pode ser relacionada diretamente à máxima de Modo, especificamente com as submáximas **M1**, evite obscuridade de expressão, e **M4**, evite prolixidade.

A teoria está, então, organizada em termos de uma classificação tripartida com os seguintes princípios: primeira heurística, quantidade (**Q**); segunda, informatividade (**I**), e terceira, modo (**M**). Agora, com as três heurísticas suportando um gênero de implicatura distinta, é possível dizer que uma implicatura conversacional generalizada pode receber o *status* de interpretação preferida a partir do princípio que tiver mais força para sua leitura. Nos casos em que surgem implicaturas generalizadas inconsistentes, elas são sistematicamente resolvidas por um conjunto ordenado de propriedades, como a seguir:

a. Nível de *genus*: **Q>M>I**

b. Nível de espécies: **Q-sentença > Q-escalar**

Essa ordenação das propriedades, colocada por Levinson (2000), dá conta da observação de interpretações preferidas quando, em princípio, surgem duas ou mais inferências inconsistentes. Vale considerar ainda a distinção existente entre as inferências **Q** e **M** por um lado e **I** por outro. **Q** e **M** são fundamentadas em alternâncias lingüísticas, já **I** é a inferência presumível a partir de estereótipos sobre o mundo e os interlocutores. Ambas as heurísticas **Q** e **M** induzem a um modelo metalíngüístico de inferência, ao contrário da heurística **I**. As inferências **Q**, por sua vez, valem-se do conjunto de alternativas advindas do conteúdo contrastivo semântico, enquanto as **M** se amparam no conjunto de alternativas que contrasta em forma, mas não em conteúdo semântico. Finalmente, os três tipos de inferências diferem em força e, conseqüentemente, interagem de maneira específica, pois a inferência **Q** toma-se prioritariamente sobre inferências inconsistentes de outros tipos e, as **M**, sobre as **I**.

Com relação à inferência **I**, nos casos em que duas interpretações são geradas, a mais informativa é selecionada. Nesses casos, o princípio da relevância também participa ao fazer valer a inclusão de pesquisa para coesão máxima entre relações temporais, espaciais, conectores referenciais, bem como entre a pressuposição de relações estereotipadas e a realidade dos referentes. Vale salientar que, segundo o pesquisador, as inferências **I** não são apenas mais informativas, no sentido de que elas informam o que é dito, pois introduzem também relações semânticas ausentes do que é dito a fim de reformar a proposição expressada. Já a implicatura **Q** somente coloca uma possibilidade de negação dentro do mesmo campo semântico.

A proposta de Levinson (2000) tenta, na verdade, recuperar a idéia de que, embora a interpretação seja parcialmente isomórfica em relação ao conteúdo do que é dito, cada constituinte pode ter um sentido e uma denotação mais restrita. Assim, por exemplo, o enunciado *a spoon in the cup* pode ter a interpretação “uma colher de metal parcialmente dentro da xícara de chá de cerâmica”, considerando que o isomorfismo não é assegurado em todos os níveis, mas em um nível abstrato de representação proposicional: o que é implicado é uma especialização de uma ou mais de cada intenção do que é dito.

As implicaturas **I** são inferências geradas pela necessidade de mais especificações, enquanto **Q** são inferências que ocorrem pela ausência de informações mais ricas devido à inabilidade do falante em providenciá-las. Dessa maneira, é possível ver sob o princípio **I** um arranjo em que acontece a soma do que é dito à implicatura **I** em questão.

Porém, em que sentido a inferência **I** é generalizada? Levinson (2000) observa que muitas das inferências interagem com pressuposição do *background*, que poderiam, portanto, variar, ou não ter nenhuma relação com a estrutura lingüística, as quais são marcas da GCI. Mas um tipo de inferência (por exemplo as originadas pelas estruturas de negação, conjunções, modelos preferidos de correferências) garante-se como interpretação *default* por meio tanto do contexto, quanto do sistema da língua.<sup>68</sup> Essas estruturas podem ser vistas como tendo em comum a característica de maximizar a carga informacional por especificar a interpretação para um subcaso particular do que tem sido dito. Para tanto, o princípio **I** orienta a descoberta de uma interpretação a partir de certas exigências como a da especificidade do estereótipo, ou seja, por uma forma generalizada.

Dessa maneira, para Levinson (2000), as GCIs são inferências que se originam pela ausência de informações. Por conta disso, esse modelo de inferências sugere duas importantes propriedades: a característica do raciocínio por *default* e o fato de serem, por princípio, canceláveis. A lógica *default* objetiva capturar um modelo diferente de raciocínio, isto é, a noção de um raciocínio presumível; portanto, deve ser dirigida no contexto de diversos tipos de sistemas de argumentação não-monotônicos. Ou seja, as GCIs são como um protótipo de inferências.

Essa postulação de Levinson (2000) retoma o mecanismo de “balde”, observado por Gazdar (1979), para uma aproximação das condições sob as quais as GCIs são canceladas. Gazdar (1979) propõe que o conteúdo de um enunciado deve ser considerado em ordenação de suposições *n-tuple*, implicaturas de vários tipos, pressuposições e assim por diante. O processo de atualizar o conhecimento comum com o conteúdo de um novo enunciado pode ser tratado como incrementação ordenada do *background*, com a suposição, a implicatura e a pressuposição. De acordo com Levinson (2000), informalmente, é possível ver o

<sup>68</sup> Parece possível somar a essas estruturas a questão da restrição de escopo, por exemplo, quando realizada por advérbios temporais, como mostrado por Roberts (1995).

conhecimento compartilhado dessa forma, isto é, como um “balde” segurando todos os fatos mutuamente assumidos. Assim, admitindo que a implicatura generalizada se dá por outros significados em *default*, pode-se capturar muitos aspectos de revisão de implicaturas seguindo o esquema em (14), no qual, ao se ter uma nova afirmação, o conteúdo é jogado no “balde” – isto é, no contexto. Então, adota-se a ordem para incrementação, observando que isso só é possível se cada passo é consistente com o conteúdo do “balde”.

#### 14. ORDEM DE INFORMAÇÃO INCREMENTADA:

- a. Suposições
- b. **Q**- GCIs
  - i. oração
  - ii. escala<sup>69</sup>
- c. **M**- GCIs
- d. **I**- GCIs

Conforme o pesquisador, o plano de geração e de reconhecimento dos tipos de inferências não-monotônicas é o que realmente ocorre no processamento de implicaturas. Ele deve estar envolvido ao se pensar em significado com o caráter de **significado<sub>nn</sub>** de Grice. Assim, a proposta de acomodação, por exemplo, quando tratada como elemento único para a interpretação pragmática, é reducionista, conforme o autor. Levinson (2000) nota que a idéia básica por trás da acomodação é a de que há uma razão bem definida licitando condições ou exigências para uso de expressões particulares. Por exemplo, **X** é válido para ser empregado somente quando o conhecimento compartilhado providencia um único **X** saliente. Contrariamente a esse *background* de uso esperado, formas desviantes podem também ser acomodadas pela cooperação do interlocutor. Nesse sentido, há dois ingredientes nesse mecanismo, no qual um enunciado **U** implica a proposição **p**:

<sup>69</sup> Essa escala de suposição trabalha com uma ordem *n-tuple* de expressões alternadas  $\langle x_1, x_2, \dots, x_n \rangle$  tal que, se  $S$  é um esquema sentencial simples e  $x_i > x_j$ , então,  $S(x_i)$  supõe unilateralmente  $S(x_j)$ , por exemplo, uma possível escala de quantificadores  $\langle all, most, many, some \rangle$ , de conectores  $\langle and, or \rangle$  ou de advérbios  $\langle always, often, sometimes \rangle$ . Essa escala clássica é retomada por Levinson (2000) a partir dos trabalhos de Horn (1989).



- a) **U** deve conter um gatilho **T**, algumas expressões que permitem as condições exigidas para que a proposição da classe **P** seja um elemento de conhecimento compartilhado desde que **T** seja licenciado.
- b) Se **U** é enunciado e não há proposição da classe **P** presumida no contexto, então o interlocutor deveria acomodar **T** pela inferência **p** tal que  $p \in P$ , e pela adição de **p** ao conhecimento compartilhado.

No que diz respeito à GCI, não há inferência realizada a fim de manter alguma condição particular válida. Outra maneira de dizer isso é que a teoria da acomodação dá conta de como o comportamento das regras passíveis de anulação são colocadas novamente em posição de escolha. Por exemplo, quando o locutor usa um gatilho pressuposicional, mas tal pressuposição não é calculada, ele acomoda esse uso pela aceitação. No caso do uso da GCI, a pressuposição é forçada dentro do conhecimento compartilhado pela natureza da revisão, da objeção válida, isto é, diante de inconsistência ou de assunto não desejado ocorre o cancelamento.

Em síntese, Levinson (2000) acredita que o sucesso da teoria da acomodação não é superior à teoria da GCI, visto que a primeira falha ao entender como inferência gratuita aquilo que é o foco para a segunda. Além disso, sem a teoria da GCI, a hipótese da acomodação faz predições equivocadas, por exemplo, ao unificar em excesso referentes dos discursos em alguns casos (nos quais a implicatura **M** denota o contrário) e falha para unificá-los em outros, quando, por exemplo, a inferência **Q** se origina pelo emprego de uma explicação indefinida por meio de uma expressão correferencial. Considerem-se esses fatos ao analisar os casos de referência e definitude nos exemplos a seguir:

15.

a. *Jerry Rich came in. He walked over to the window.*

b. *Jerry Rich came in. The man walked over to the window.* (Implicatura sobre o princípio **M** correferência não local)

Ambas as expressões *He* e *The man* são referenciais definidas, com uma única condição ligada a elas. Em um sistema de inferência por abdução, uma tentativa poderia ser a de unificar o discurso referencial pela ligação de ambas as

expressões com o antecedente *Jerry Rich*, desse modo satisfazendo as condições de definitude. Realmente, ambos os pronomes e a descrição definida seriam preditas para serem interpretadas da mesma maneira, mas isso é contrário à intuição do falante: o pronome provoca tal ligação com *Jerry Rich*, porém a descrição *The man* resiste a ela. A teoria da GCI dá uma explicação concisa para isso ao considerar que os pronomes são expressões mínimas que provocam interpretações máximas, pelo princípio **I**, enquanto o uso de uma expressão de marca definida, na qual, pelo princípio **M**, um pronome poderia ter sido usado, sugere que o falante não pretendia a correferência local.

Note-se, agora, a possibilidade de analisar o artigo definido pela teoria da acomodação. Se esse artigo requer a existência de um referente discursivo, o indefinido poderia ser tomado como aquele que exige a colocação de um novo referente discursivo. Assim, a seqüência de sentenças em (16), a seguir, pareceria presumir referentes discursivos distintos. Mas, ao examinar (16b), essa proposta é contrariada, uma vez que *the ship* e *a fine galleon* podem co-identificar-se:

16.

- a) *The man entered. A man coughed.* (referência desconexa)
- b) *The ship brok up. A fine galleon of the spanish fleet had been irretrievably lost.* (Enunciado **p** implica **q**, possível conexão referencial)
- c) Explicação escalar: <DEFINIDO, INDEFINIDO> uso de implicatura indefinida **Q**, pois o uso do definido seria um equívoco.

Aplicando-se a teoria da GCI, a análise do artigo indefinido – exigindo um novo referente discursivo – é rejeitada, porém a do definido é aceita ao envolver condições de uso, como singularidade. É possível, então, trabalhar com a oposição escalar como em (16c), na qual uma expressão indefinida é fraca porque simplesmente falha a singularidade, bem como as condições associadas com mais especificidade ou expressões informativas definidas. Dada uma oposição escalar desse tipo, um falante empregando um indefinido realizará uma implicatura **Q**, na qual o uso do definido seria um equívoco. Assim, em (16b), o falante, ao dizer *The fine galleon of the spanish fleet*, poderia estar informando que havia somente um

galeão na esquadra hispânica; ao desejar evitar essa inferência, usaria o indefinido, subtendendo que esse co-identifica o referente discursivo precedente imediato. Assim, outra vez, a acomodação dá um resultado equivocado, pelo menos sem a participação dada pela teoria da GCI.

Todas essas questões, conforme Levinson (2000), são evidências a favor da existência de um nível de significado do tipo de enunciado. Com relação à organização temporal, o estudioso faz observações sob o enfoque da GCI ao considerar alguns pontos, principalmente, sobre o tempo em Inglês. A explicação dada pelo autor para a temporalidade de (17a) e (17b), por exemplo, considera a flexão gramatical como elemento de contraste semântico, por meio de **Q**. Sua análise leva em conta a escala proposta em (17c), na qual se coloca como mais informativa a necessidade de saber se o evento ainda acontece, do que o fato de ter ocorrido em um ponto no tempo passado.

17.

a) *John used to live in Rome.*

Implicatura: *John no longer lives in Rome.*

b) *John used to live in Rome, and in fact he still does.*

c) <PRESENTE, PASSADO>

d) *John lives in Rome.*

Essa análise é possível, de acordo com Levinson (2000), mesmo a partir da visão dos tratamentos mais formais para tempo, pois esses também refletem a existência de assimetria com relação à especificidade de informação temporal, por exemplo, ao declarar que o presente se mantém se o tempo do evento coincide com o de fala, enquanto o passado ocorre em algum momento anterior ao de fala. Outra colocação nesse sentido é o fato de que, pela natureza linear do tempo, um evento presente pode se tornar passado; portanto, esse último é mais recorrente do que o presente. Essas considerações, juntamente com a tendência de relevância de eventos presente como em (17), bastam, conforme o autor, para assegurar uma assimetria informacional entre os tempos, mesmo que de maneira restrita, pois não segue do enunciado de “João está dormindo em  $t_j$ ” que “João estava dormindo em

$t_i$ ”, o momento antes, embora seja comum a leitura de que dorme em  $t_k$ , o momento depois da fala, portanto, que ele estava dormindo antes.

É possível verificar essa assimetria temporal na LIBRAS em muitos exemplos dados no capítulo anterior, bem como em (18), (19) e (20) a seguir. Como não há marca para passado ou futuro nesses enunciados, por *default* eles estão marcados para presente pelo valor semântico do verbo. Ainda, a interpretação que se tem, por conta do aspecto imperfectivo cursivo, é a de que os eventos, mesmo que não marcados para o momento antes da fala  $t_i$ , podem se dar em  $t_k$ , depois do momento de fala, assim também com característica temporal de anterioridade. Observem-se os exemplos:<sup>70</sup>

#### 18.CINEMA O-P-I-A-N-O- MUITO BO@

“O filme “O piano” é maravilhoso.”

#### 19.PORQUE PESSOA FELIZ-PULAR

“...porque as pessoas estão felizes demais.”

#### 20.CL<PRATOS-EMPILHADOS>

“Os pratos estão empilhados.”

Desse modo, Levinson (2000) defende que a temporalidade pode ser explicada com o mecanismo de Grice (1967), uma vez que, como esses exemplos demonstram, a referência temporal, normalmente, é interpretada pela oposição a outra expressão temporal não empregada, ou seja, pelas implicaturas **Q** e **M**. Em (21) há outro exemplo simples do autor para corroborar esse ponto, no qual quinta-feira, dito, quarta-feira, por implicatura **Q**, denota “não amanhã”, pois amanhã, nesse enunciado, seria uma expressão mais informativa, por isso não usada.

#### 21.*The meeting is on Thursday.*

Implicatura **Q**: “não é amanhã, no caso de amanhã ser quinta-feira”.

<sup>70</sup> Esses exemplos foram retirados de Strobel & Fernandes (1998).

O autor também exemplifica a questão da temporalidade ao investigar seqüencialidade e simultaneidade avaliadas por *default* e por revisão de raciocínio, com a análise da implicatura dada por conjunção. Levinson (2000) nota que o conhecimento de mundo pode conduzir à revisão da interpretação dada por *default*, mas que no caso do emprego de conjunções é difícil isso acontecer, pois para ele, a seqüencialidade se sobrepõe à simultaneidade como em (22a) e (22b):

22.

- a) *The lights went off and I couldn't see.*
- b) *Joan sung a ballad and accompanied herself on the guitar.*
- c) *He opened the door and she handed him the key.*

O pesquisador propõe que há uma exigência semântica específica da linguagem, advinda do tempo e do aspecto (*aktionsart*), nessa interpretação seqüencial. Ele observa que, se os *aktionsarts* dos verbos são mal combinados, é possível conseguir uma leitura de inclusão. Em (23), por exemplo, os eventos de “saber”, “estar errado” e “desculpar-se” podem ser lidos como ocorrendo todos no mesmo intervalo de tempo. A mesma situação pode ser lida para “dormir” e “cair” em (24).

23. *He knew he was wrong and apologized.*

24. *He slept and fell off the chair.*

Vale ressaltar ainda que a teoria da GCI faz predições não somente sobre o conteúdo, mas também sobre a relação existente entre forma e significado, lembrando que formas não marcadas originam inferências **I**, enquanto as marcadas acarretam as **M**. E uma das mais fortes predições advindas do princípio **M** é que as repetições ou reduplicações podem sugerir interpretações distintas daquelas usadas na forma não duplicada. Ou seja, pelo princípio de contraste, portanto, deve haver um significado diferente entre o uso de uma forma **X** e **X-X**. Levinson (2000) coloca também a necessidade de se avaliar o fato de que as formas repetidas **X-X** podem ser entendidas como sendo determinadas por princípios estruturais, como para

ocorrências de modificadores, intensificadores, comparação, ampliação do valor, conjunção de verbos e ações continuadas, ou repetidas, bem como de conjunção de nomes e pluralidade distribuída. Um exemplo dado pelo autor está colocado em:

25. *He went to bed and slept and slept.*

Implicatura **M**: *he slept longer than usual.*

No caso da LIBRAS, as ocorrências de formas **X-X** podem denotar ações continuadas ou repetidas. Ou seja, pela heurística **M**, é possível pressupor aspecto imperfectivo (progressivo, habitual e iterativo) em muitos enunciados dessa língua, como em exemplos já dados no capítulo 3, especialmente no item 3.3.1.1, e repetidos aqui:

26. ANOS, ANOS, ANOS + flexão de futuro (LE, B.avi)

27. JUNTO<sup>flexão3x</sup> APRENDER<sup>flexão3x</sup> DEPOIS<sup>flex</sup> HABITUAR 19 IDADE ACABAR<sup>flex</sup>  
(JO, A.avi)

“Sempre juntos aprendendo, logo depois, aos dezenove anos, habituei (acostumei).”

28. MAMÃE PERGUNTAR<sup>+flexão(3x)</sup> MOTO VER (LE, H.avi)

“Perguntei, perguntei para mamãe: você viu a moto?”

29. EU EX MINHA ANTES FAMÍLIA FALAR<sup>+flexão(3x)</sup> RESOLVER<sup>...neg.</sup> AGORA  
ACEITAR ESTUDAR. (DA, C.avi)

“Antigamente, eu não aceitava o que minha família falava, agora eu aceito estudar.”

Já é possível perceber com essa apresentação do trabalho de Levinson (2000) que as heurísticas **Q**, **M** e **I** agem em várias margens, gerando inferências presumíveis que, por si só, inserem-se na interpretação dos enunciados. Dessa maneira, elas exercem papel fundamental no campo da estruturação lexical e sintática, pois parece que aquilo que está implicado não precisa estar codificado.

Isso advém da hipótese da teoria da GCI de que há uma parte do conhecimento e da prática que pertence ao uso da linguagem. Tal conhecimento envolve essencialmente informação metalingüística sobre a estruturação lexical com relação à organização do campo semântico, à habilidade de alternar expressões, às questões subjetivas de freqüência, às expressões não marcadas de especificidade, ao conhecimento sobre associação estereotipada de conceitos lingüísticos, às questões mútuas de princípios para resolver conflitos entre inferências. Dessa maneira, a pragmática pode ser tomada como um componente da teoria da gramática.

É válido lembrar que, para essa inclusão da pragmática na estrutura lingüística, é necessário considerar que as inferências pragmáticas diferem das da semântica por serem não-monotônicas. Assim, semântica e pragmática são dispositivos separados na estrutura gramatical e dão diferentes contribuições para um nível comum de representação. Nesse nível, por conseguinte, está representado o conteúdo semântico e pragmático dos enunciados, e essa representação é o modelo teórico de interpretação.

Além disso, é preciso também avaliar os fatores pragmáticos como pré-requisitos para a interpretação semântica. O funcionamento desses dois dispositivos, conforme Levinson (2000), dá-se com o processo semântico procedendo de algum ponto e o pragmático sendo executado como uma sub-rotina em um programa, o que permite ao processo semântico, então, derivar na seqüência. Ou seja, nessa proposta a pragmática trabalha como um efeito de intrusão. Assim, cada componente continua a ser construído como um sistema de regras ou princípios homogêneos, com a semântica operando com bases lógicas e a pragmática com um sistema de abdução e regras *default*. Levinson (2000) ilustra essa organização com a seguinte sentença:

30. *The man with two children is a rocket alarm specialist.*

Para analisar (30), nesse modelo teórico proposto para a interpretação, é preciso supor que cada constituinte de uma sentença procede de um ponto e que para cada um é retida uma prioridade semântica – ou seja, para cada unidade

sintática, a semântica é processada primeiro e a pragmática depois. Dessa forma, em (30), conforme o estudioso, a leitura se inicia a partir da interpretação semântica dos itens lexicais e da organização dos seus significados dentro da interpretação da sentença. Nesse momento, ao se processar um item lexical, realiza-se a checagem em uma rede semântica para uma possível escala forte entre itens. Caso um seja encontrado, a pragmática calcula a escala da implicatura, a qual, então, pode se combinar com o conteúdo lexical, a fim de contribuir para a interpretação do enunciado. Por exemplo, quando aparece a construção nominal composta *rocket alarm*, em (30), a pragmática é acionada a fim de calcular uma implicatura I para a inferência mais provável. Para tanto, o processador semântico deve localizar o gatilho que invoca a pragmática e construir a estrutura de toda a interpretação, por meio de mecanismos composicionais estabelecendo as intenções e extensões do significado.

Portanto, a teoria da GCI é um modelo que interliga representações semânticas codificadas com representações semânticas enriquecidas. Assim, a semântica mapeia a estrutura sintática na semântica codificada, bem como a representação semântica enriquecida nas proposições. A pragmática, por sua vez, mapeia a representação semântica inicial na enriquecida e as proposições nas proposições adicionais. Dessa forma, os dois processos, semântico e pragmático, têm seu modo independente de gerar inferências. A contribuição da GCI, então, é sugerir uma maneira específica na qual a representação de um significado semântico, não especificado ou indeterminado, tem sua interpretação presumida pelo sistema antes da influência contextual.

Com isso, as GCIs são inferências vindas da estrutura e do significado para gerar mais significado presumido. São implicaturas suscitadas no raciocínio do interlocutor por um certo modo de dizer as coisas, com base nas três heurísticas, aqui mostradas, cujo papel é coordenar os problemas que se colocam pela existência de **significado**<sub>nn</sub>, por meio dos tipos de enunciados e de raciocínio *default*.<sup>71</sup> Quer dizer, os efeitos do significado podem ser ativados por características semânticas gerais (nos itens lexicais), ser ainda preenchidos por outras

---

<sup>71</sup> Nesse sentido, implicatura, realmente, aproxima-se de pressuposição pragmática como observam Allan (2001) e Chierchia (2003).



especificações semânticas, bem como incrementados com pressuposições pragmáticas.

Pode-se dizer, então, como consequência da existência do significado do tipo de enunciado, que diferentes níveis de significados estão sob a fórmula **significado<sub>mn</sub>**: o significado do tipo de enunciado, o do falante e o da enunciação. Mas é possível avaliar também que nem toda combinação de enunciado, enunciação e falante pode ser forçada para trabalhar em todas as instâncias significativas. Então, é necessário pensar um conceito de representação semântica que tenha um grau intermediário entre esses níveis pragmáticos. Mesmo porque a participação do conhecimento compartilhado na produção de pressuposições, como sugerido por Roberts (1995), acontece também, em diferentes momentos, na produção das implicaturas conversacionais generalizadas.

Como apontado pelo próprio Levinson (2000), o conhecimento compartilhado entra em jogo na condução de revisões do que é dado por *default*, portanto, na incrementação de informações. Além disso, esse conhecimento está diretamente ligado à segunda heurística, no que diz respeito à formação de estereótipos. Então, para esta pesquisa não cair no reducionismo criticado por Levinson (2000), o modelo pretendido aqui considera como fatores pragmáticos essenciais no estabelecimento da significação tanto os elementos contextuais quanto os estruturais, na dependência do tipo de implicatura gerada. É dessa forma que se pretende realizar, no próximo item, uma análise do sistema de referência temporal e aspectual na LIBRAS, sob tal consideração, ou seja, com a participação de elementos dos diferentes níveis pragmáticos simultaneamente à participação das representações semânticas, na interpretação dos eventos lingüísticos. Para tanto, procede-se a uma revisão das propostas teóricas para análise de tempo e aspecto de Lin (2002) e Godoi (1992).

#### **4.2 A proposta teórica de Lin (2002) para a referência temporal no Mandarim: possível também para a LIBRAS?**

Como visto no capítulo 3, os dados da LIBRAS mostram que não é porque sua estrutura não apresenta o parâmetro de flexão gramatical forte para a temporalidade que essa língua não é capaz de expressar noções de tempo. Assim como a LIBRAS, outras línguas também apresentam diferentes recursos semânticos e pragmáticos para dar conta dos valores temporais, além de flexões verbais. Um exemplo dessas línguas é o Mandarim Chinês, cujo sistema de referência temporal tem chamado muito a atenção de diferentes pesquisadores, justamente por ter uma estrutura não flexional. Entre os trabalhos desses pesquisadores, têm recebido destaque as propostas de Lin (2002), relevantes para a investigação realizada nesta tese, por analisar, com profundidade e sistematicamente, os dados do Mandarim, cujo processo de organização da referência temporal parece se aproximar bastante do da LIBRAS e, por isso, pode servir como parâmetro para comparação descritiva. No entanto, há que se destacar que, diferentemente do Mandarim, na LIBRAS a flexão gramatical para a aspectualidade é bastante recorrente.

Lin (2002) se vale de uma fundamentação empírica forte para ancorar sua proposta a fim de mostrar que tempo e aspecto contribuem na estruturação da referência temporal em Mandarim, por meio de características lexicais dos verbos (as quais restringem a localização temporal), de operadores de eventos, de fatores como quantificação dos sintagmas nominais e de preceitos pragmáticos para conectivos temporais – entre eles, regras de inferências e conhecimento compartilhado. O objetivo principal do autor é descrever o funcionamento da referência temporal para avaliar se há ou não projeção de TENSE na língua chinesa.

Na investigação dessa questão, Lin (2002) sugere que a estrutura do tempo lingüístico nessa língua é baseada na distinção entre marcar ou não o futuro. Em sua análise, esse tempo é uma construção marcada; quer dizer, a menos que a sentença contenha um modal auxiliar ou um advérbio temporal, ela não deve ser considerada como uma sentença no futuro. A execução exata dessa idéia está relacionada às propriedades aspectuais das sentenças. De acordo com o autor, quando um evento é visto como um todo, sem marca temporal de futuro, ele é percebido como se tivesse ocorrido antes do tempo de fala. Ou seja, se a sentença é perfectiva e não tem um operador indicando tempo futuro, então, ela deve ser entendida como uma sentença com flexão semântica para o passado. Ao contrário,

sentenças imperfectivas, isto é, sentenças descrevendo situações abertas, podem ter qualquer um dos três tempos. Porém, quando são empregadas sem qualquer marcador indicando futuro ou passado, devem ser interpretadas como expressando uma situação de presente. Note-se que, para elaborar essa hipótese, o conceito de flexão semântica, para Lin (2002), está relacionado à lexicalidade verbal. O autor considera o *aktionsart* como uma flexão semântica gramatical estabelecida de forma *covert*.

No capítulo anterior, na descrição dos dados, já aparecem fortes indicações de que o sistema temporal na LIBRAS pode ter uma interpretação muito próxima à realizada por Lin (2002) para o Mandarim. Por isso, é bastante plausível tomar alguns itens da descrição realizada por esse autor, bem como sua proposta teórica, como ponto de partida para a análise realizada nesta tese. É claro que algumas modificações e adequações teóricas aos dados da LIBRAS devem ocorrer, entre elas, por exemplo, a complementação e/ou revisão da sugestão de Lin (2002) com as idéias de Roberts (1995), Levinson (2000) e, principalmente, com o trabalho de Godoi (1992). Na realidade, apesar de a proposta dessa última autora se aproximar muito à daquele autor, ela difere em uma questão fundamental ao colocar a necessidade de avaliar o papel dos *End Points* (pontos finais) a fim de estabelecer o valor perfectivo x imperfectivo nas sentenças, uma vez que, conforme a autora (ancorada nas idéias de Hataf (1989), entre outros), os eventos imperfectivos podem adquirir pontos finais, situados na linha temporal, ou seja, podem, nesses casos, ser interpretados como perfectivos. Por merecer esse destaque, no decorrer do capítulo essa situação será melhor observada.

Assim, o texto organizado para esta descrição apresenta-se com base na proposta de Lin (2002), perpassado por dados do Mandarim, da LIBRAS e da Língua Portuguesa, bem como pelo entrecruzamento de hipóteses complementares para a análise aqui pretendida. Para tanto, uma das primeiras observações de Lin (2002) a ser destacada diz respeito à sintaxe. O autor adota a hipótese de que a categoria ASPP está acima do VP – com sujeito interno a este nóculo, seguindo a proposta de Kitagawa (1986) – comportando a distinção perfectivo x imperfectivo. Observa, ainda, que acima de ASPP está AGRSP, enquanto o nóculo TENSF está localizado

acima de AGRSP. Porém, a ordem relativa entre AGRSP e TENSF não é importante para ele.

Na verdade, Lin (2002) postula a possibilidade de projeção de TENSF apenas para ter uma hipótese de comparação, por não estar convencido de que TENSF realmente exista em Chinês, pois a análise dos dados dessa língua mostra serem suficientes as informações dadas por ASPP para explicar a localização temporal dos eventos denotados pelas sentenças.

Com relação à organização sintática da LIBRAS, Quadros (1999) propõe uma dupla representação da estrutura frasal para essa língua, a fim de explicar a assimetria morfológica entre verbos com e sem concordância. Essa dupla representação se dá com a divisão de IP (*Inflectional Phrase*) em AGRSP e AGROP para os verbos com concordância e simples projeção de IP para os verbos sem concordância. Conforme a autora, essa representação oferece suporte para a manutenção de uma análise da LIBRAS como uma língua SVO, pois as mudanças na ordem das palavras seriam resultantes de operações de checagem de traços. Então, Quadros (1999) assume que os verbos sem concordância têm um afixo virtual que requer adjacência, enquanto os verbos com concordância são inseridos com flexão completa vinda do léxico. Dessa maneira, TENSF seria projetado como IP para os verbos sem concordância; já para os com concordância, TENSF estaria acima de AGRSP – como em Mandarim. Com relação à ASPP, a autora não investiga sua posição sintática, porém observa que os advérbios temporais são adjuntados à direita ou à esquerda de IP com os verbos sem flexão, ou adjuntados à direita ou à esquerda de AGRSP para os com flexão.

Diferentemente de Quadros (1999), cujo objetivo é realizar uma descrição sintática para a LIBRAS, Lin (2002) elabora essas observações sobre a sintaxe do Mandarim apenas para avaliar se existe flexão sintática *covert* para tempo, quando não há na forma *overt*. Para tanto, o pesquisador faz uma opção teórica em que o conteúdo lexical de TENS é visto como uma flexão gramatical semântica, a qual se refere à localização do tempo de uma situação relacionada a alguma outra referência temporal, geralmente, o momento de fala. Assim, a situação poderia se dar no tempo anterior, posterior ou simultâneo a essa referência temporal (tempo de fala). Conforme o pesquisador, qualquer sentença descreve uma situação e, uma

vez que toda situação deve ocupar alguma localização no tempo, qualquer sentença deveria ter uma flexão temporal semântica.<sup>72</sup> De acordo com Lin (2002), tais flexões podem ou não ser denotadas por marcas lingüísticas, ou seja, por flexões temporais sintáticas. Quando uma forma sintática obrigatoriamente acompanha uma flexão semântica, a temporalidade é gramaticalizada.

Dessa maneira, por essa postulação, não só o Mandarim é rico em flexões temporais semânticas, mas também é possível que a LIBRAS o seja. Observem-se, então, algumas ocorrências de sentenças com flexão temporal semântica para situações de passado, presente ou futuro em Chinês e na LIBRAS.<sup>73</sup>

31. *Zhangsan dapuo boli.* (passado)

Zhangsan quebrar copo

Zhangsan quebrou copo.

31'. CASA CHEGAR MENINO (JO, A.avi)

“O menino chegou em casa.”

32. *Wo zhidao daan* (presente)

eu saber resposta

Eu sei a resposta.

32'. <sub>1s</sub>EVITAR PESSOA+ FALSO (RO, E.avi)

“Eu evito pessoas falsas.”

33. *Ni shenme shihou zou* (futuro)

você que horas partir

Quando você partirá?

33'. PRÓXIMA QUARTA-FEIRA <sub>1s</sub>IR IGREJA. (LE, B.avi)

“Na próxima quarta-feira irei à igreja.”

Esses exemplos mostram uma proximidade entre a LIBRAS e o Mandarim no que diz respeito à organização da referência temporal. Em um primeiro momento,

<sup>72</sup> Neste texto, ao se aplicar o modelo teórico de Lin (2002), a flexão temporal gramatical semântica (*aktionsart*) será denominada apenas como flexão semântica.

<sup>73</sup> Vale observar, novamente, que para Quadros (1999) os verbos sem concordância na LIBRAS têm um afixo virtual. Igualmente, é bom ressaltar que os exemplos apresentados no capítulo 3, ainda que não repetidos aqui, também podem ser encaixados nas situações descritas neste capítulo.

pode parecer válido, portanto, seguir as sugestões de Lin (2002) para descrever tal sistema. Nesse caso, então, seria necessário pensar sobre a real necessidade de se postular a projeção de TENSE na LIBRAS. Porém, o que se pretende aqui é desenvolver a hipótese desse autor, a fim de examinar se o seu conceito de flexão semântica pode ser ampliado por fatores pragmáticos, como os apresentados por Roberts (1995) e Levinson (2000), para demonstrar que a referência temporal, na LIBRAS, pode ser obtida por implicaturas e por composição com relações aspectuais sem a necessidade de se postular a existência de TENSE *covert*.

Nesse sentido, é possível, por exemplo, analisar a temporalidade das sentenças em (31), (32) e (33) com o emprego de regras de inferências semânticas, mais princípios pragmáticos como os apresentados por Levinson (2000). Nas sentenças em (31), a leitura de passado é obtida pela flexão semântica (*aktionsart*) dos verbos, como também prevê Lin (2002). Em (32), a leitura de presente é dada por *default*, justamente pela ausência da marca semântica para passado ou de outra para futuro, ou seja, a flexão semântica funciona como elemento de contraste **Q**, conforme a primeira heurística do modelo de Levinson (2000) – o que não é dito, não é. Isso porque o interlocutor assume que o locutor está bem informado a respeito dos fatos relevantes, por meio do conhecimento compartilhado, e tende a considerar pouco aceitável a hipótese de que tanto passado quanto presente sejam verdadeiros ao mesmo tempo. Então, chega-se a uma situação em que a interpretação por *default* é a exclusiva. Além disso, mantém-se o princípio de estruturas que maximizem inferências.

Já as sentenças em (33) apresentam a ocorrência de forma marcada, estereotipada, para denotar futuro, sugerindo a interferência da heurística I (aquilo que é simplesmente descrito é um exemplo estereotipado). Note-se que expressões como “PRÓXIMA QUARTA-FEIRA” permitem uma tendência para interpretar a sentença de acordo com o conhecimento compartilhado de que ela expressa futuro. Uma vez que as inferências I são geradas pela necessidade de mais informações, em (33) há um significado a mais do que em (31) e (32), isto é, o tempo futuro.

Inicialmente, então, é possível dizer que, na LIBRAS, o tempo passado é denotado por um operador específico ou pelo conteúdo lexical do verbo; o futuro precisa ser marcado com um operador para fornecer uma informação temporal a

mais – heurística I. Com relação ao presente, sua leitura se dá pela ausência de marcas de passado ou futuro, isto é, entra em jogo a heurística Q. Assim, os tempos passado, presente e futuro, na LIBRAS, podem ser dados por *default* não porque TENSP é projetado *covert*, mas por implicaturas conversacionais generalizadas. A seguir, mais exemplos são apresentados para essa avaliação:

34.MUDAR AQUI CEAD FÁCIL. (EL, J.avi)

“Mudei aqui para o CEAD, é fácil.”

35.TRABALHAR PRECISAR FUTURO. (LE, H.avi)

“Precisarei trabalhar no futuro.”

36.GOSTAR POUCO PIADA BRINCADEIRA. (LE, I.avi)

“Gosto pouco de piadas e brincadeiras.”

É válido observar a afirmação de Klein (1994) de que, se a propriedade temporal de um conteúdo lexical ocorre como em (31) e em (34), cujo passado pode se dar pelo *aktionsart*, é porque os verbos ‘quebrar’, “CHEGAR” e “MUDAR” envolvem tal temporalidade, pelo fato de poderem ser aplicados a uma situação concreta, ou seja, realmente pontual, em que o início da ação coincide com o seu desfecho.

Lin (2002) embasa seu trabalho nos estudos de Klein (1994), porém não faz observações de ordem pragmática de forma consistente. Apenas admite que tais questões são pertinentes e que seria apropriado se as investigações a respeito da referência temporal do Mandarim fossem realizadas com um enfoque orientado pelas propostas de Grice (1957). O interessante é que Klein (1994), ao discutir essa relação entre conteúdo lexical e conhecimento de mundo e estabelecer as características do conteúdo lexical, propõe duas máximas muito próximas às de Grice (1957) e, portanto, às heurísticas de Levinson (2000). São elas:

- a) Máxima da minimalidade: colocar o mínimo possível dentro do conteúdo lexical.

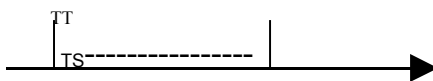
- b) Máxima do contraste: se uma expressão não pode ser distinguida de outra por seu conteúdo lexical, então, é necessário adicionar alguma característica a esse conteúdo.

Embora Lin (2002) não faça alusão a essas máximas, ressalta a participação do contexto na organização da referência temporal/aspectual do Mandarim e segue a sugestão de Klein (1994) de que o conteúdo lexical, ou seja, a flexão semântica de tempo, tem como uma de suas características a necessidade de que o conhecimento de mundo faça parte da atividade do falante para a leitura de tempo/aspecto. Assim, de certo modo, Lin (2002) mantém a sua investigação na linha proposta por Klein (1994), principalmente no que diz respeito à organização das categorias tempo e aspecto.

Sobre essa organização, a sugestão de Klein (1994) ressalta uma relação temporal diferente das análises tradicionais <sup>74</sup> para distinguir imperfectivo e perfectivo, pois, em sua teoria, essa relação depende da existência de três tempos: o da fala (TF), o da situação (TS) – no qual o evento ocorre – e o tempo tópico (TT), sobre o qual se faz uma afirmação. Sob esse enfoque, a aspectualidade se dá pela relação entre TT e TS, enquanto a temporalidade se refere ao vínculo entre TT e TF. Assim, o aspecto perfectivo é definido como tendo o TS contido em TT, enquanto o imperfectivo acontece quando TT está incluído em TS, ou seja, o tempo para o qual um enunciado é realizado fica inteiramente dentro do tempo da situação. A seguir são apresentados três gráficos para representar essas relações:

- a) TS-----relação aspectual -----TT-----relação temporal -----TF  
(KLEIN, 1994:138)

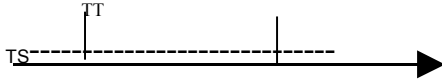
- b) Aspecto perfectivo:



<sup>74</sup> Algumas dessas propostas já foram apresentadas no capítulo 2, por exemplo, a de Comrie (1985), cuja hipótese é de que a flexão temporal expressa uma relação entre o tempo da fala e o da situação.



c) Aspecto imperfectivo:



Dessa forma, Lin (2002) tem sua pesquisa norteadada por essa organização e, também, pela idéia de que os verbos (de estados ou não) têm um argumento eventual e, assim, os significados das sentenças são vistos como propriedades de eventos, isto é,  $\lambda e \varphi$  onde  $\varphi$  contém uma ocorrência livre de variáveis de eventos  $e$ . Devido a essa introdução do argumento eventual para a estrutura argumental dos verbos, o autor propõe que, além da semântica de tipos  $e$  (indivíduo) e  $t$  (valor de verdade), existe o tipo  $s$  (referente a situações, eventos ou estados) e o tipo  $i$  (para significar intervalos de tempo).

Com esses direcionamentos, Lin (2002) formaliza a análise de Klein (1994), seguindo Kratzer (1998) e Bohnemeyer & Swift (2001), e propõe  $t_2$  para se referir ao tempo tópico e o símbolo  $\tau$  denotando a função de traço temporal – uma função parcial que, quando aplicada a uma eventualidade, produz seu *run time* (percurso temporal). Dessa forma,  $\tau(e)$ , por exemplo, equivale ao tempo da situação do evento  $e$ , enquanto  $s^*$  refere-se ao tempo de fala. A seguir, é apresentada a formalização da semântica do perfectivo, do imperfectivo, do presente e do passado, conforme Lin (2002):

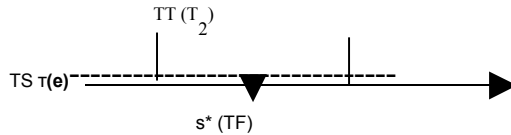
1. a) aspecto perfectivo =:  $\lambda P_{\langle s, t \rangle} \lambda t_2 \lambda e [\tau(e) \subseteq t_2 \wedge P(e)]$   
 b) aspecto imperfectivo =:  $\lambda P_{\langle s, t \rangle} \lambda t_2 \lambda e [t_2 \subseteq \tau(e) \wedge P(e)]$
2. a) [presente] =:  $\lambda P_{\langle i, \langle s, t \rangle \rangle} \lambda t_2 \lambda e [P(t_2)(e) \wedge s^* \subseteq t_2]$   
 b) [passado] =:  $\lambda P_{\langle i, \langle s, t \rangle \rangle} \lambda t_2 \lambda e [P(t_2)(e) \wedge t_2 < s^*]$

A partir desses conceitos, é possível estabelecer diferentes relações entre tempo e aspecto como, por exemplo, as representadas nos seguintes gráficos:

a) Tempo presente e aspecto imperfectivo:

EU DENTRO IMAGINAR+flexão durativo (RO, E.avi)

“Eu fico imaginando...”



b) Tempo passado e aspecto perfectivo:

EU NASCER (DA, C.avi)

“Eu nasci”



Assim, a análise de Lin (2002), sintetizada até o momento, prevê a possibilidade – mas não a necessidade – de que a flexão temporal, TENSF, seja projetada na forma *coverf*, na dependência da força do conteúdo lexical dos verbos, e assume a relação temporal/aspectual proposta por Klein (1994). No entanto, no caso da LIBRAS, é interessante complementar sua investigação com indicações pragmáticas. Isso porque, além do *aktionsart* do verbo, outros elementos em composição semântica na sentença, como os operadores temporais, entram em jogo para a referência temporal nessa língua. Dessa maneira, na continuação desta tese, esse ponto será constantemente retomado. Além disso, há, ainda, outra questão não considerada pelo estudioso, a ser avaliada como possível elemento de integração à sua proposta: as alterações dos eventos naturalmente imperfectivos em perfectivos. A consideração dessas alterações é a tarefa realizada no próximo item.

#### 4.2.1 Aspectos do aspecto por Godoi (1992) e a análise de Lin (2002)

Em sua tese, Godoi (1992) faz uma análise criteriosa das principais teorias na área da aspectologia de dois grandes grupos de pesquisadores, o anglo-saxônico e o eslavo. Nesse sentido, seu trabalho propicia uma leitura histórica e organizada das diversas diretrizes que têm conduzido as investigações nessa área. Enquanto realiza sua exposição, a autora revisa e modifica alguns conceitos básicos, principalmente das teorias ocidentais, entre elas a classificação aspectual dos verbos proposta por Vendler (1967), e formula uma definição própria para aspecto. Tal definição é de grande valia para esta tese, por permitir uma explicação mais criteriosa dos dados da LIBRAS ao complementar as hipóteses de Lin (2002), uma vez que sua tese se aproxima da proposta desse autor e, portanto, também à de Klein (1994).

Por ser assim, a seguir, a definição de aspecto é apresentada nas palavras da autora:

O aspecto foi definido por nós rigorosamente como a relação entre o tempo de referência e o tempo de evento. As relações específicas de inclusão estabelecidas entre esses dois tempos levam à definição dos aspectos perfectivo e imperfectivo.

Tratando o aspecto como um sistema universal de relações temporais com suas funções básicas de perspectiva temporal de uma situação, mostramos que, [...] sendo o tempo de fala, o tempo de evento e o tempo de referência necessariamente presentes em uma situação, o aspecto é sua característica obrigatória.

Se a nossa hipótese é correta, o aspecto é necessariamente uma categoria semântica universal, sujeita a variações tipológicas e específicas das línguas particulares principalmente no que diz respeito a configurações morfossintáticas. (GODOI, 1992: 284-285)

A nossa abordagem de aspecto baseia-se nos conceitos do tempo de referência e tempo de evento de Reichenbach, da classe aspectual, do intervalo de tempo e da propriedade-EP (*end-points*) – os pontos inicial e final do evento. [...] Ao estabelecer a relação entre o TR [*tempo de referência*] e o TE [*tempo de evento*] entendidos como intervalos e não momentos, por um lado, e a classe aspectual, por outro, e considerando a propriedade-EP, poderemos determinar os aspectos perfectivo e imperfectivo [...] (GODOI, 1992: 172)<sup>75</sup>

É relevante destacar dessa definição a posição adotada pela pesquisadora de que aspecto é universal, bem como o fato de diferentes sistemas lingüísticos empregarem recursos morfossintáticos variáveis para expressar a aspectualidade. Isso permite um olhar diferenciado para os dados lingüísticos ao descrever essa categoria. Quer dizer, torna plausível avaliar várias possibilidades flexionais para a referenciação aspectual e temporal, por exemplo, admitindo a procura dessa

<sup>75</sup> As explicações em itálico dentro dos colchetes são inclusões para esta tese.

organização além, apenas, da estrutura morfológica dos verbos. Tal premissa é bastante necessária para a análise da LIBRAS, pelos dados observados até agora. Além disso, essa postulação pode ser correlacionada à observação feita no item anterior, ao se colocar a visão de Lin (2002) de que a flexão gramatical semântica – ou seja, sentenças que descrevem situações localizadas no tempo, por meio do seu conteúdo lexical – é um conceito que existe em todas as línguas, portanto, universal. Isso reflete, na verdade, a proposta de Godoi (1992) de que a categoria aspecto é universal.

Há, ainda, outro elemento teórico adotado pela definição de Godoi (1992) – também por Lin (2002) – para a sua conceituação de aspectualidade: a noção de intervalo temporal e as relações aspectuais estabelecidas entre eles. Apesar de esses dois estudiosos realizarem suas análises sob a perspectiva de uma semântica de intervalos, eles são orientados por quadros teóricos diferentes. Como mostrado no item anterior, Lin (2002) assume a hipótese de Klein (1994) ao abordar a aspectualidade como sendo a expressão da relação entre o tempo tópico (TT) e o tempo da situação (TS), enquanto a flexão temporal se refere à ligação do tempo tópico (TT) ao da fala (TF). No caso de Godoi (1992), o ponto de vista é norteado, inicialmente, pela proposta de Reichenbach (1947); isso porque, embora a pesquisadora se valha das colocações desse autor sobre os tipos de tempos existentes, ela estabelece uma relação entre tempo de evento e tempo de referência para a aspectualidade tomando esses tempos como intervalos e não como momentos, como proposto por Reichenbach (1947). Além disso, da mesma maneira que Lin (2002) e Klein (1994), a autora trabalha com uma relação de inclusão entre os intervalos e não de simultaneidade, anterioridade e posterioridade entre momentos temporais.

Dessa forma, é possível dizer que, apesar de operar com sistemas diferentes, esses pesquisadores recobrem o mesmo fato: o de que a leitura aspectual ocorre por relações de inclusão entre o intervalo em que um evento acontece e o intervalo em que se afirma algo sobre esse evento.

Entretanto, ainda que próximas, essas abordagens diferem em mais uma questão: a propriedade-EP (*end points*), isto é, o emprego do conceito de “ponto inicial” e “ponto final” de um evento. Essa propriedade não é observada por Lin

(2002), porém é essencial para a definição de Godoi (1992) e, por conseguinte, para complementar a proposta teórica que subsidia esta tese. A autora se vale do uso da propriedade-EP por considerar pouco relevante o emprego das classes aspectuais para definir a seqüência na linha temporal, pois para a estudiosa é difícil decidir se um verbo expressa realmente uma situação fechada ou aberta apenas considerando seu valor lexical, sem avaliar o papel de todo o predicado. Ou seja, diferentemente de Lin (2002), não é preocupação de Godoi (1992) verificar a existência de flexão semântica *covert*, uma vez que, para ela, tempo/aspecto são categorias que envolvem outras informações geradas por toda a estrutura das sentenças.

Desse modo, a definição da propriedade-EP é importante para determinar as possibilidades de as sentenças aparecerem na linha de tempo e terem as situações restritas aos seus respectivos tempos de referência. Em outras palavras, a duração da situação descrita deve ser restringida para ser contida no seu tempo de referência (e assim pode ser candidata a figurar na linha temporal). São justamente essas sentenças que têm a propriedade-EP. Godoi (1992) retoma a definição de EP formulada por Hataav (1988) nos seguintes termos: “*A situation S has EPs iff all subintervals of S are included in its reference time R. EPs= the first and last units t at which S is true*”. (HATAV, *apud* GODOI, 1992:196)

Observem-se os exemplos das próximas sentenças para examinar a possibilidade de se ter o aspecto imperfectivo delimitado por um EP e, dessa maneira, a sentença passar a ser lida como uma situação perfectiva:

37. O bebê dormiu por duas horas e, então, começou a chorar.

38. O bebê dormia bem.

39. 18 TRABALHAR OFICINA FÁBRICA OFICINA (EL, J.avi)

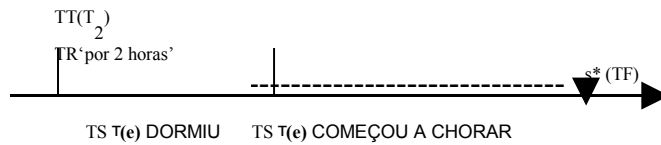
“Aos dezoito, trabalhava na fábrica, oficina.”

40. Ele trabalhava muito.

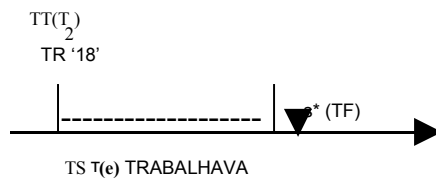
Em (37) e (39) as sentenças denotam os estados de “dormir” e “trabalhar”, respectivamente, e contêm as expressões “por duas horas” e “18” (aos dezoito) as quais funcionam como delimitadoras, ou seja, estabelecem EPs. Assim, o tempo do evento está incluído no de referência. Se essa análise fosse realizada pelo quadro

teórico de Lin (2002), TS estaria incluído em TT, isto é,  $[t_2 \subseteq \tau(e)]$ . Ambas as sentenças estão flexionadas para o passado porque o tempo tópico é anterior ao de fala  $[t_2 < s^*]$ . Observem-se os gráficos para (37) e (39):

Sentença em (37):



Sentença em (39):



Já em (38) e (40), não há um delimitador temporal para os eventos, e o tempo de referência está incluído no tempo de evento. Para Lin (2002),  $[t_2 \subseteq \tau(e)]$  e, assim como nas sentenças anteriores, o tempo passado é dado por  $[t_2 < s^*]$ , como mostra o seguinte gráfico:



Isso demonstra que as situações imperfectivas podem se tornar perfectivas, ou seja, ao receber um EP, têm seu tempo de evento incluído no tempo de referência. Outros exemplos dessas ocorrências:

41. CRESCER ATÉ IDADE OITO MUDAR LUGAR PERTO R-I-O A-Z-U-L.

(LE, B.avi)

“Eu fui crescendo, até oito anos, quando mudei para um lugar perto de Rio Azul.”

42....ORALISMO <sub>1s</sub>SOFRER FUTURO IDADE/QUANDO COMEÇAR VINTE E SEIS  
ABRIR SINAIS (LE, I.avi)

“Com oralismo eu sofria, quando, aos 26 anos, comecei me abrir para os sinais.”

Em (41), o evento de “CRESCER” está incluído no tempo de referência “ATÉ IDADE OITO”, que funciona como um EP, fechando o evento. Esse também é o tempo de referência para o segundo evento do enunciado, “MUDAR”, lembrando que, conforme Lin (2002), esse verbo tem flexão semântica perfectiva gerada por seu conteúdo lexical. Com relação à (42), a sentença imperfectiva recebe um EP pelo tempo de referência denotado com a expressão “IDADE/QUANDO...VINTE E SEIS”, que é o tempo de referência para as situações de “SOFRER”, “COMEÇAR” e “ABRIR”, e passa a ser lida como perfectiva. Ainda, retomando Lin (2002), ambas as sentenças têm sua temporalidade dada pela relação entre TT e TF, ou seja, a leitura de passado é produzida por  $[t_2 < s^*]$ .

Assim como Lin (2002), outros autores, entre eles Dowty (1986), afirmam que só situações com pontos naturais podem ocupar um lugar definido na linha de tempo, sem considerar a possibilidade de alteração de situações, naturalmente abertas, por EPs. No entanto, a análise de Godoi (1992) mostra que os eventos imperfectivos podem adquirir os “pontos finais” e, assim, as sentenças se tornam perfectivas, ou seja, capazes de situar o evento na linha do tempo. Para comprovar isso, a autora retoma as classes aspectuais para análise e observa que, se os eventos expressos são da classe dos *accomplishments* e dos *achievements*, eles têm que estar contidos no seu tempo de referência. Os primeiros são eventos que têm duração intrínseca, pois são um segmento inteiro de tempo, porém não são homogêneos, pode haver lapsos de tempo. Exemplos desses eventos *accomplishments* são “correr uma milha”, “crescer”. Já os *achievements* (“reconhecer”, “achar”, “começar”...) captam ou o começo ou o clímax de uma ação, têm duração e podem ser situados indefinidamente dentro do espaço temporal; entretanto, não podem acontecer em todo o intervalo de tempo.

Enquanto esses dois eventos devem estar contidos em seus respectivos tempos de referência, os estados (amar, querer, desejar...) e as atividades (nadar, andar, correr...) não têm essa restrição, pois podem ser verdadeiros em outros intervalos de tempo além daqueles contidos no tempo de referência, visto que os estados podem persistir através do tempo por não serem dinâmicos, ou seja, não constituem mudanças. Já as atividades são eventos homogêneos, sua duração temporal é indefinida e, assim, não envolvem culminação ou resultado antecipado. Em (43) são apresentadas algumas sentenças para ilustrar essas classes aspectuais na LIBRAS:

43. a) *accomplishments* (Há uma mudança gradual de condição.)

<sub>1S</sub>ESCREVER<sup>flexão</sup> CARTA MÃE... (LE, B.avi)

“Estou escrevendo uma carta para mãe...”

b) *achievements* (Há uma mudança repentina de condição.)

GRUPO GANHAR CORRIDA. (EV. G.avi)

“O grupo ganhou a corrida.”

c) estados (É um estado de ser.)

PESSOA DROGA, <sub>1S</sub>CONHECER JEITO GRUPO. (RO, E.avi)

“Pessoa drogada, conheço o jeito do grupo.”

d) atividades (Realização de alguma coisa.)

<sub>3S</sub>CAMINHAR<sup>flexão</sup> AMIGO DOIS CONVERSAR<sup>flexão</sup> OLHAR<sup>flexão</sup> ... (EV.G.avi)

“Ele caminhando e dois amigos conversando e olhando...”

Em síntese, pela análise de Godoi (1992), os *accomplishments* e os *achievements* são sempre contidos em seus tempos de referências ao passo que os estados e atividades podem contê-los. Assim, para que esses dois últimos tipos de eventos tenham lugar na linha temporal, é necessário que sejam explicitamente restringidos, por exemplo, por um advérbio duracional (“por duas semanas”, “por um mês”, “aos 18 anos”...). Quando isso ocorre, isto é, ao se ter restrição, a situação



descrita pela sentença é concebida como tendo EPs. Quer dizer, eventos que não são naturalmente fechados, como os estados e as atividades, podem aparecer na linha de tempo quando adquirem EPs. Os próximos exemplos ilustram essa questão:

44.a) atividade com EP:

4 ANOS FICAR TREINAR LÁ. (RO, E.avi)

“Por quatro anos treinei lá.”

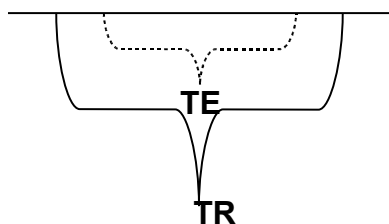
b) estado com EP:

PASSADO QUALQUER COISA, ATENÇÃO <sub>15</sub>NÃO-TER ATENÇÃO, IDADE 15, BOBA, BOBA. (RO, E.avi)

“No passado qualquer coisa, não tinha atenção, aos 15 anos, era muito boba.”

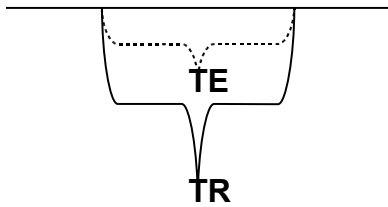
Então, pela propriedade-EP, a definição das duas categorias aspectuais – a perfectividade e a imperfectividade – podem ser revistas em termos da relação de inclusão entre o tempo de referência e o tempo de evento, o que gera duas possibilidades, de acordo com Godoi (1992): o tempo de referência inclui o de evento e a situação é fechada, ou o tempo de evento inclui o tempo de referência e a situação é aberta. Ou seja, a pesquisadora passa a denominar aspecto como a relação estabelecida entre o tempo de evento e o tempo de referência, considerando aspecto perfectivo como uma relação de  $TE \subset TR$ <sup>76</sup> e aspecto imperfectivo como  $TR \subset TE$ . Observem-se os gráficos da autora, repetidos aqui, que representam essas relações:

PERFECTIVO: inclusão própria  $TE \subset TR$ .

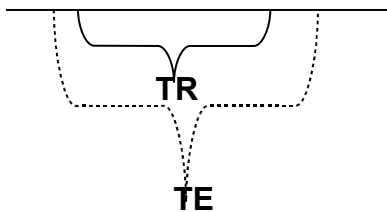


<sup>76</sup> Leia-se TE como tempo de evento e TR como tempo de referência.

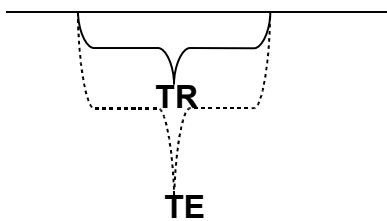
PERFECTIVO: inclusão imprópria  $TE \subseteq TR$ .



IMPERFECTIVO: inclusão própria  $TR \subset TE$ .



IMPERFECTIVO: inclusão imprópria  $TR \subseteq TE$



Dessa maneira, quando a relação é  $TE \subset TR$ , perfectivo, a situação tem EPs. O evento também tem EPs quando estabelece a inclusão imprópria, seja ela do tipo  $TE \subseteq TR$  ou  $TR \subseteq TE$ . Portanto, Godoi (1992) demonstra que todas as classes aspectuais podem ter aspecto perfectivo. E com a relação  $TR \subset TE$ , ou seja, a ausência de EPs, isso só é possível para os estados e as atividades, justamente por sua propriedade distributividade na linha temporal. Em outras palavras, o aspecto imperfectivo é possível somente para os estados e atividades.

O interessante é que essa hipótese da estudiosa está de acordo com a descrição de Castilho (1994), empregada no capítulo anterior para a leitura de perfectivo e imperfectivo. Conforme os autores, o perfectivo é uma predicação que

tende inexoravelmente a um fim e o imperfectivo é uma predicação que dispensa seu desfecho. Ou seja, estados e atividades dispensam finalização por serem imperfectivos, porém, quando ocorrem com um EP, passam a ter desfecho e tornam-se perfectivos.

Observe-se, ainda, que as relações entre o tempo de evento e o tempo de referência, estabelecidas por Godoi (1992), podem se dar tanto à esquerda como à direita do tempo de fala ou, então, coincidirem com esse tempo. Dessa maneira, o aspecto perfectivo e o imperfectivo igualmente são passíveis de realizações no passado, no futuro e no presente. Essa postulação está de acordo com a formalização para perfectivo e imperfectivo realizada por Lin (2002)<sup>77</sup> e também com a proposta de Castilho (1994). Para verificar tal possibilidade, examinem-se os próximos exemplos em que eventos perfectivos e imperfectivos ocorrem igualmente no passado e no futuro, como prevê Godoi (1992):

45. HOJE <sub>1s</sub>IR CASA. (RO, E.avi)

“Hoje eu irei para casa.”

46.FUTURO NASCER, FAMÍLIA SATISFEITA, FELIZ... (LE, B.avi)

“Nascerá e a família ficará satisfeita, feliz...”

47.JUNTO FAMÍLIA JUNTO PERCEBER+<sub>flexão-terminativo</sub>, <sub>3s</sub>CRESCER+<sub>flexão-terminativo</sub>,  
APRENDER+<sub>flexão-terminativo</sub>, ATÉ IDADE 5. (LE, B.avi)

“A família unida percebendo ele crescendo, aprendendo, até os 5 anos.”

Nessas sentenças é possível verificar os eventos *achievements* NASCER, IR, com aspecto perfectivo marcado para o tempo futuro e, em (47), as situações de estado, PERCEBER+<sub>flexão-terminativo</sub> e APRENDER+<sub>flexão-terminativo</sub> marcadas para o passado pelo enunciado EP dado na expressão ATÉ 5 IDADE, que é mais um exemplo de fechamento de intervalo imperfectivo, cuja mudança ocorre pela inclusão do TE no TR, denotado pelo EP.

<sup>77</sup> Essa formalização está apresentada no item anterior, na página 173.

Os exemplos apresentados até agora salientam a grande relevância da relação entre a propriedade-EP e os advérbios temporais e os verbos. De acordo com Godoi (1992), os advérbios não só modificam os verbos, como desempenham um papel ativo na determinação da interpretação da sentença ao denotarem um EP, ao delimitarem a duração de um estado ou de uma atividade, ou seja, ao indicarem a inclusão do tempo de evento no tempo de referência. Sobre isso Castilho (1994) fazem a seguinte observação:

Os advérbios pontuais atribuem aos Vs a que se aplicam o sentido de subaneidade da ação, que se torna, assim, pontual, não-durativa. Por assim dizer, a face pontual desses adverbais neutraliza qualquer duração acaso contida no *aktionsart* do V, a não ser, é claro, que ele já integrasse a classe dos tólicos. (Castilho,1994:18)

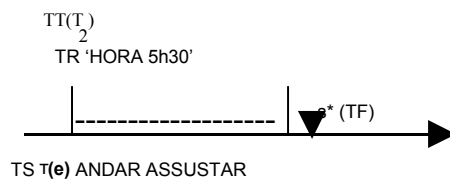
A partir dessa indicação, é interessante avaliar como os advérbios ou expressões temporais podem alterar a aspectualidade, principalmente, ao funcionarem como EPs de verbos cujo conteúdo lexical sugere imperfectividade. Ou seja, quais elementos discursivos entram em jogo para que os EPs sejam tomados para modificar a relação de inclusão entre TE e TR e, ao mesmo tempo, passem a ser a referência temporal do evento?

É possível explicar essa característica dos advérbios e das expressões temporais de funcionarem como EPs verificando algumas postulações de Roberts (1995) sobre a restrição de domínio. Para isso, há que se conduzir esta análise considerando o tempo de referência como um operador para restrição de domínio, o qual age sobre intervalos de tempo ou eventos. Desse modo, se os advérbios podem funcionar como EPs – que por sua vez passam a ser TR delimitando estados e atividades –, eles podem ser interpretados, por pressuposição, como operadores para restrição temporal, da mesma forma sugerida por Roberts (1995), isto é, prevendo uma estrutura de restrição dada por  $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$ . Nesse esquema, **Q** é o escopo nuclear do operador e a variável livre **R** é a oração restritiva. De acordo com a autora, essa variável restritiva **R** indica um valor proposicional do contexto, familiarmente convencionado por conhecimento compartilhado ou, quando necessário, por acomodação.

A fim de avaliar essa hipótese, observe-se mais um exemplo de sentença em que o evento imperfectivo se torna fechado por causa de um EP dado por uma expressão temporal, bem como o gráfico que representa essa possibilidade.<sup>78</sup>

#### 48. HORA 5h30 ANDAR ASSUSTAR MOTO PERIGOSA (LE, H.avi)

"Às 5h30, estava andando me assustei por causa de uma moto perigosa."



Em (48), a atividade de “ANDAR” e o estado de “ASSUSTAR” são delimitados dentro do escopo estabelecido por TR, operador de restrição que é denotado por “HORA 5h30”. Além disso, os eventos estão marcados para passado pela relação  $[t_2 < s^*]$ ; portanto, essa sentença não pode ter uma leitura em que essas situações sejam uma atividade ou um estado permanente, pois esse evento só acontece às 5h30, que é o escopo dado por TR.

Há, porém, uma questão que pode ser acrescentada a essa abordagem em que o tempo de referência é examinado como operador temporal restritivo. Trata-se da possibilidade de acrescentar a essa análise as postulações de Levinson (2000). Pela proposição desse estudioso, as estruturas lingüísticas cujos tipos de enunciados funcionam como protótipos têm seus significados denotados por fatores pragmáticos. Parece interessante considerar, por essa perspectiva, o tempo de referência, dado por um enunciado EP, como restritor temporal, assim como faz Roberts (1995). Entretanto, sob a orientação do trabalho de Levinson (2000), é preciso antes avaliar se o tipo de enunciado empregado como EP gera implicaturas generalizadas para o estabelecimento da restrição temporal.

Para desenvolver essa tarefa, a primeira questão a verificar é o fato de que os enunciados EPs não geram implicaturas para especificar questões contextuais particularizadas. Ao contrário, as implicaturas geradas por esses operadores são

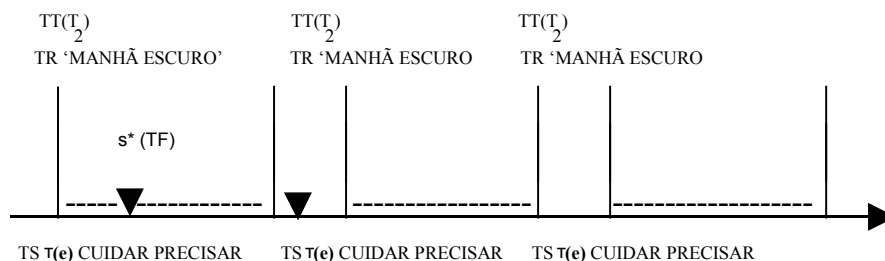
<sup>78</sup> Essa observação de que os advérbios, que se tornam TR, são operadores de restrição de domínio temporal também é válida para todos os outros exemplos com EPs destacados neste item e no capítulo anterior.

obtidas por protótipos lingüísticos, dados pelos advérbios e expressões temporais marcadas. Não há necessidade, por exemplo, de cooperação entre interlocutores a fim de acomodar a percepção de restrição temporal que torna pontual o aspecto imperfectivo, pois ela é dada por *default*, pelo emprego dos advérbios e expressões temporais. Mesmo Roberts (1995) observa que a natureza da restrição de domínio é caracterizada por aspectos do discurso que são relevantes, chamados por ela de estruturas de informação do discurso, porém a autora propõe isso apenas para a questão da focalização.

Com a intenção de averiguar essa possibilidade de análise, observe-se mais um exemplo de sentença em que uma situação de estado (portanto, naturalmente imperfectiva) tem um enunciado EP funcionando como operador para restrição temporal, tornando o evento iterativo, o que, em um primeiro momento, é possível apenas para eventos naturalmente perfectivos. Vale acrescentar que, devido à restrição temporal, a flexão para iteração parece ser dispensada:

#### 49. MANHÃ ESCURO CUIDAR PRECISAR (LE, H.AVI)

“Quando está escuro de manhã, é preciso cuidado.”



Note-se que em (49) o tempo de fala pode ou não estar incluído em TR (ou TT), o que permite se falar sobre o evento no momento de sua ocorrência, isto é, no tempo de referência, ou depois dele. Já a relação de inclusão de TE, “CUIDAR PRECISAR”, em TR, “MANHÃ ESCURO”, admite a leitura do evento, naturalmente imperfectivo, de forma iterativa, ou seja, a situação denotada pelo enunciado passa a ter pontos marcados na linha temporal.

Norteando a análise pela proposta de Levinson (2000), é possível dizer que o tipo de organização da estrutura lingüística escolhida pelo locutor, “MANHÃ

ESCURO”, estabelece uma delimitação temporal/aspectual por meio do conhecimento compartilhado, de modo que o interlocutor interpreta que o ato de “CUIDAR PRECISAR” deve ser realizado sempre quando for “MANHÃ ESCURO”. Assim, o conhecimento de mundo permite aos interlocutores, ao empregarem um enunciado EP, pressuporem que tais enunciados funcionam como operadores para restrição temporal e, por isso, conduzem a uma revisão da interpretação dada por *default* para os eventos imperfectivos.

Outro ponto a considerar é a possibilidade de que a composição entre o *aktionsart* dos verbos com expressões temporais estereotipadas gere implicaturas presumidas, por exemplo, pela oposição entre verbos imperfectivos e enunciados EP perfectivos. Essa análise pode ser feita retomando as heurísticas **Q**, **I** e **M**, elaboradas por Levinson (2000), lembrando que, pelo princípio de contraste, deve haver um significado diferente entre um enunciado imperfectivo e outro perfectivo. Uma situação de atividade como (48) ou (49) é reconhecida por sua estrutura semântica imperfectiva; ao receber um enunciado EP, para sua leitura, entra em ação o dispositivo pragmático. A partir desse ponto, o processo se inicia com a interpretação semântica do *aktionsart* – que deve corresponder ao tempo real do evento – e, por apresentar um elemento diferente, isto é, o operador para restrição temporal, um enunciado EP, para delimitar o conteúdo lexical do imperfectivo, entra em jogo a incrementação pragmática para suscitar uma interpretação preferida. Isso é realizado com uma checagem da escala <PERFECTIVO, IMPERFECTIVO>, ou seja, a intuição do falante considera, pela heurística **Q**, que o uso do imperfectivo seria um equívoco, pois, no caso de (49), é mais informativo saber se o evento é pontual, isto é, se “é para ter cuidado sempre ou se apenas de manhã” e, em (48), se “o interlocutor está sempre assustado ou se isso ocorreu em um momento específico”.<sup>79</sup>

Ainda, seguindo Levinson (2000), é possível avaliar os advérbios e expressões temporais como estruturas lingüísticas mínimas que provocam interpretações máximas e, quando empregadas, pelos princípios **I** e **M**, sugerem que o locutor está pretendendo enunciar um significado diferente, portanto, novamente na dependência de avaliar a escala <PERFECTIVO, IMPERFECTIVO>.

<sup>79</sup> A preferência pela informação específica também é válida para os exemplos anteriores em que as situações de estado ou atividade tiveram seu intervalo temporal restrito por um EP.

Se essa interpretação em que os marcadores temporais (advérbios e expressões de tempo) são tomados para serem operadores de restrição temporal pode ser aplicada, como se observa com os exemplos mostrados até aqui, vale a pena observar se há, na LIBRAS, enunciados EPs mais recorrentes como protótipos de marcas para o estabelecimento da referência temporal/aspectual. Assim, daqui para frente, a descrição aspectual/temporal da LIBRAS será realizada considerando-se as postulações de Godoi (1992) para a propriedade-EP e o conceito de inclusão entre os tempos de referência e de evento para determinar perfectividade, imperfectividade e iteratividade – complementando a proposta de Lin (2002). Para tanto, tais postulações são ainda acrescentadas com as hipóteses das proposições pragmáticas defendidas por Roberts (1995) e Levinson (2000).

#### **4.3 Sentenças sem marcadores temporais na LIBRAS**

A relação entre temporalidade e aspectualidade pode ser especificada morfológicamente, como na língua russa, de acordo com Godoi (1992), e a Yukatek Maya, conforme Lin (2002), as quais marcam apenas aspecto imperfectivo. O Mandarim, segundo esse último pesquisador, pode ser colocado no conjunto dessas línguas. E, de acordo com os dados mostrados nesta tese, a LIBRAS apresenta uma organização que também se aproxima delas, pois se verifica em seu sistema o emprego de flexões aspectuais que interferem na temporalidade das sentenças.

Como foi visto no capítulo 2, alguns pesquisadores de línguas de sinais, como Zeshan (2000), que investiga a Língua Indo-Paquistanesa de Sinais e Brito (1995), com análises da Língua Americana de Sinais e, também, da LIBRAS, dizem que a localização temporal de eventos se dá apenas com o emprego de advérbios temporais nessas línguas. Lin (2002) observa que a mesma proposta tem sido feita para as análises do Mandarim Chinês com advérbios como *zuotian* (ontem), *ming nian* (próximo ano), com marcadores aspectuais, principalmente, *le* e *guo* e, ainda, com algumas sentenças iniciais que determinam um esquema temporal para o discurso. No entanto, o autor ressalta que uma análise cuidadosa dos dados permite encontrar um grande número de sentenças chinesas sem um advérbio temporal ou uma marca aspectual e, mesmo assim, não é necessário recorrer a sentenças



prévias para determinar as referências temporais. Como mostram os exemplos destacados no capítulo 3 e no item 4.2, isso também se confirma para a LIBRAS. Exemplos dessas sentenças do Mandarim, que podem ter a referência para situações de passado ou presente facilmente construída sem o uso de advérbios, são dados em (50) e (51). Depois, em (52) e (53) sentenças na LIBRAS são apresentadas para esses casos.

50.

- a) *Ta dapuo yi ge hua ping*  
ele quebrar um flores vaso  
'Ele quebrou um vaso de flor.'
- b) *Ta ba wo gang-chu jiaoshi*  
ele me empurrar fora sala de aula  
'Ele me empurrou para fora da sala de aula.'
- c) *Ta zai Shanghai chu-sheng*  
ele em Shanghai nascer  
'Ele nasceu em Shanghai.'
- d) *Ta qiangpuo wo xiu ta-de ke*  
ele forçar me agüentar suas aulas  
'Ele me forçou a agüentar suas aulas.'
- e) *Didi bang wo xiang-dao yi-ge hen hao de fangfa*  
irmão ajudar mim pensar-em um muito bom método  
'Meu irmão me ajudou a pensar em uma idéia muito boa para mim.'

51.

- a) *Ta hen congming*  
ele muito esperto  
'Ele é muito esperto.'
- b) *Wo xiangxin ni*  
eu acreditar você  
'Eu acredito em você.'
- c) *Diqiu rao taiyang xuanzhan*

terra girar sol em torno

'A Terra gira em torno do Sol.'

d) *Ni da lanqiu ma?*

você jogar basquetebol

'Você joga basquetebol?'

e) *Ta zai fangjian du shu*

ele em quarto estudar livro

'Ele está estudando em seu quarto.'

52.

a) <sup>3s</sup> JOGAR PISCINA ÁGUA FORA, TUDO VAZIO. (JO, A.avi)

"Ele se jogou na piscina e a água saiu para fora, ficou tudo vazio."

b) MÃE PERGUNTAR TESTA MÉDICO MARCA. (AM, D.avi)

"A mãe perguntou sobre a marca na testa ao médico."

c) NASCER BEBÊ, FAMÍLIA VÓ ASSUSTAR. (AM, D.avi)

"O bebê nasceu, a família e a vovó se assustaram."

d) <sup>1s</sup>ACEITAR JESUS ACEITAR, <sup>1s</sup>ARREPENDER, <sup>1s</sup>LARGAR MUNDO. (LE, B.avi)

"Aceitei Jesus, arrependi-me, larguei o mundo."

e) <sup>1s</sup> ENCONTRAR MARCO... (RO, E.avi)

" Encontrei o Marco..."

53.

a) CASAL AMAR. (AM, D.avi)

"O casal se ama."

b) <sup>1s</sup> AMAR BRINCAR QUALQUER COISA. (DA, C.avi)

"Amo brincar de qualquer coisa."

c) <sup>1s</sup> TRABALHAR QUALQUER COISA. (AM, D.avi)

"Trabalho em qualquer coisa."

d) <sup>1s</sup> GOSTAR CURITIBA. (JO, D.avi)

“Gosto muito de Curitiba.”

- e) LUGAR BOM UBERABA LUGAR, <sub>1s</sub> CONHECER GESTOS AMIGOS VIZINHOS GESTOS “POSITIVO” / <sub>3s</sub> CONHECER TUDO EU GESTOS. (RO, E.avi)

“Uberaba é um bom lugar, conheço os gestos dos vizinhos amigos, como o gesto de “positivo”. Eles conhecem todos os meus gestos.”

A fim de analisar essas *bare sentences* (sentenças “nuas”) do Mandarin, Lin (2002) passa a avaliar se na língua chinesa há *covert tense*, isto é, flexão temporal apenas na forma lógica e não na forma fonética. Seguindo Swart (1998) e Schmitt (2001), o pesquisador propõe que essas flexões temporais são sujeitas à restrição de seleção, ou seja, uma determinada flexão só pode selecionar um complemento com ponto de vista aspectual ou *aktionsart* específico. Assim, se *covert tense* existe em Mandarin, o seu valor, para Lin (2002), pode ser determinado pelas seguintes restrições de seleção:

54.

- a) O tempo presente *covert* deve selecionar ASPP imperfectivo como seu complemento.
- b) O tempo passado *covert* deve selecionar ASPP perfectivo como seu complemento.

Para trabalhar com essa idéia de restrição de seleção, o autor se vale dos estudos de Bohnemeyer & Swift (2001) sobre *default aspect*. Para esses autores, há uma relação entre a aspectualidade e o valor de telicidade do evento.

Sinteticamente, um predicado é télico se denota somente eventos que não têm nenhuma parte que recaia sobre o mesmo predicado e, ao contrário, um predicado é atélico se o evento denotado por ele tem pelo menos uma parte não-final que cai sobre o mesmo predicado. Nesse sentido, por essa visão da proposta do *default aspect*, o predicado *pescou um peixe* é télico e perfectivo, enquanto que *caminhar na praia* é atélico e, portanto, imperfectivo.

Com essa noção de *default aspect* de Bohnemeyer & Swift (2001) e mais a restrição de seleção proposta em (54), Lin (2002) explica que as sentenças em (50)

têm uma interpretação de passado por descreverem uma situação fechada, ou seja, perfectiva. Em (51), por sua vez, a leitura é de presente por serem abertas, isto é, aspecto imperfectivo. Porém, como analisado inicialmente em 4.2 e 4.2.1, é possível investigar a referência temporal/aspectual na LIBRAS examinando os efeitos semântico-pragmáticos ao se considerar o aspecto *default* não como flexão temporal *covert*, mas, preferencialmente, como implicaturas conversacionais generalizadas e, ainda, avaliar a referência temporal estabelecida pelos enunciados EPs, como operadores de restrição para os intervalos de tempo.

Nesse sentido, para esta tese, a seleção de restrição sugerida por Lin (2002), em (54), pode ser pensada de modo totalmente inverso, nos seguintes termos:

55.

- a) Aspecto imperfectivo seleciona, por *default*, leitura para tempo presente, a não ser que tenha o evento delimitado por um enunciado EP, o qual determina que  $TE \leq TR$  ou  $TR < TF$ .
- b) Aspecto perfectivo seleciona, por *default*, tempo passado, a menos que seja denotado por um enunciado EP um intervalo  $TF \leq TR$ .

Dessa maneira, a restrição de seleção é realizada pelo aspecto verbal *default*, ou seja, por ASPP e não por TENSP. Para verificar a possibilidade de se aplicar (55), vale examinar o fato de que as situações marcadas para o passado, em (50a, c), são todas *achievements* e, em (50d, e), são *accomplishments*; já nos exemplos da LIBRAS, em (52), as situações são todas *achievements*. Como Godoi (1992) afirma, para essas situações o tempo é sempre de passado, o que está de acordo com a restrição de seleção colocada por (55b). Com relação a (50b), exemplo do Mandarim em que o evento é uma atividade, é possível perceber um enunciado EP situando o tempo de referência e localizando pontualmente o evento. Isso também está previsto pela hipótese de restrição de seleção em (55a). Vale lembrar que situações de estado e atividade, naturalmente imperfectivas, podem ter a leitura de passado gerada por implicatura devido ao emprego de enunciados EPs estereotipados, os quais funcionam como operadores para restrição de intervalo temporal.

Para os casos de (51) e (53), ou seja, situações no tempo presente, todos os exemplos da LIBRAS são estativos e, em Mandarim, apenas (51d) é uma atividade, o restante é também estativo. Portanto, de acordo com a hipótese de (55a), o conteúdo lexical imperfectivo dos verbos, nessas sentenças, seleciona a interpretação de tempo presente, pois nenhum desses exemplos apresenta um enunciado EP para restringir no passado ou situar no futuro os estados e as atividades.

É plausível confirmar, então, que em sentenças com advérbios e expressões de tempo aceitos como enunciados EPs, são estes que determinam a referência temporal em Chinês e também na LIBRAS. Os exemplos (56) e (57) ilustram essa questão, pois os advérbios, ao se tornarem EPs das situações abertas, modificam a relação de inclusão entre o tempo de referência e o de evento.

56.

a) *Ta zuotian hen mang*

ele ontem muito ocupado

‘Ele estava muito ocupado ontem.’

b) *Ta xianzai hen mang*

ele agora muito ocupado

‘Ele está muito ocupado agora.’

c) *Wo mingtian hen mang*

eu amanhã muito ocupado

‘Eu estarei muito ocupado amanhã’

57.

a) ONTEM (IR) IR CASA ME@ MULHER^BENÇÃO<sup>80</sup>

“Ontem, eu fui à casa de minha mãe.”

b) HOJE, <sub>1s</sub>PREOCUPAR ACONSELHAR JOVEM. (RO, E.avi)

“Hoje eu me preocupo em aconselhar o jovem.”

<sup>80</sup> Esse exemplo foi retirado de Strobel & Fernandes (1998)

c) <sup>1s</sup> ESTUDAR AMANHÃ<sup>81</sup>

“Amanhã irei estudar.”

O próprio Lin (2002) observa que os advérbios temporais não correspondem à restrição de seleção temporal estabelecida em (54) e, por isso, conforme o autor, se existir uma projeção para TENSE, este deverá concordar com o advérbio temporal *overt*. Ao se considerar que a aspectualidade denotada por *default* é que seleciona as relações temporais e, ainda, que os enunciados EPs participam como operadores de restrição temporal, essa proposta não precisa ser, necessariamente, levada em conta, e TENSE continua a não ser uma exigência para esse sistema.

Além disso, é admissível que a restrição de seleção temporal tenha, para a sua interpretação, aspectos pragmáticos, como os propostos por Roberts (1995) e Levinson (2000), como demonstrado até aqui. Vale a pena reforçar esse ponto, lembrando a possibilidade de que o papel dos enunciados EPs – como operadores para restrição temporal – seja pressuposto por conhecimento compartilhado, de acordo com Roberts (1995) e pelas heurísticas **Q**, **I** e **M** de Levinson (2000). Dessa maneira, para a leitura de alteração do imperfectivo para perfectivo, por exemplo, os interlocutores recorrem ao campo comum hipotético a fim de reconhecer os tipos de enunciados que são empregados para alterar essa relação temporal que, em um primeiro momento, é selecionada pelo aspecto *default*.

Outra questão abordada por Lin (2002) diz respeito ao fato de que, no Mandarim, o futuro deve ser um tempo marcado e, por isso, não há, em (54), uma restrição de seleção observada pelo autor para o futuro *overt*. Isso significa que, no Chinês, o tempo futuro deve se dar em uma expressão *overt*, como um advérbio temporal ou um modal auxiliar. No caso da LIBRAS, o futuro também deve ser marcado, como mostrado em 4.2, mas o que se propõe aqui é que a interpretação desse tempo para um enunciado se dá pelo emprego das heurísticas **Q** e **I**. Para reforçar essa idéia, considerem-se os seguintes exemplos:

58.

---

<sup>81</sup> Idem.

- a) APAS <sub>1s</sub>ESTUDAR. (DA, C.avi)  
 “Estudei na APAS.”
- b) DEPOIS <sub>1s</sub>ESTUDAR.<sup>82</sup>  
 “Depois estudarei.”
- c) FUTURO <sub>1s</sub>ESTUDAR FACULDADE MATEMÁTICA.<sup>83</sup>  
 “No futuro estudarei faculdade de matemática.”

Em (58a), a situação pode ser considerada um *accomplishment*, portanto, o aspecto *default* é perfectivo, o qual seleciona o tempo passado – pela hipótese de restrição de seleção (55a). Já em (58b, c) são empregados os operadores ‘DEPOIS’ e ‘FUTURO’, que podem ser aceitos como enunciados estereotipados, cujo uso gera a necessidade de se pressupor que nessas sentenças há uma informação a mais do que em (58a) pela heurística I. Assim, esses itens lexicais podem ser vistos da mesma forma que os enunciados EPs, ou seja, eles estabelecem a referência temporal para os eventos que, nos casos de (58b, c) passa a ser TR<TF, denotando a leitura de futuro.

No caso da noção de futuro não *overt* das sentenças condicionais e imperativas, Lin (2203) argumenta que, com relação às primeiras, tais construções contêm um modal implícito, e as imperativas seriam consideradas como estruturas universais de referência a ações futuras. Observe-se o exemplo dessas estruturas na LIBRAS:

59.MAMÃE NÃO-ESPERAR, CHAMAR MENINO...OLHAR ALI FILHO, OLHAR GORDO, ALTO, BAIXO...(JO, A.avi)

“A mãe não esperou, chamou o menino....(*disse para ele*) olhe ali filho, olhe o gordo, o alto, o baixo...”

Sintetizando a análise realizada até aqui, Lin (2002) examina a existência de flexão temporal *covert* no Mandarin e, para isso, recorre à restrição de seleção para

<sup>82</sup> Esse exemplo foi retirado de Strobel & Fernandes (1998)

<sup>83</sup> *idem*.

interpretar os valores temporais em sentenças “nuas”. Embora Lin (2002) não faça uma análise pragmática forte, ele sugere que é possível predizer a localização temporal dos eventos denotados por essas sentenças do Mandarim pelo contexto, observando ou não a existência de flexão de tempo *covert*. Porém, é razoável explicar os mesmos dados, aqui apresentados, sem assumir a existência de flexão lingüística *covert*.

Nesta tese, essa idéia é reforçada ao se propor, para a análise dos dados da LIBRAS, a necessidade de preencher o valor do tempo tópico (TT) ou do tempo de referência (TR) com as características aspectuais, ou seja, por ASPP, que especifica a relação entre os tempos de situação (TS) ou de evento (TE) e o de referência. Se uma sentença não contém um enunciado EP, o tempo de referência (TR) ou (TT) é um intervalo temporal determinado pelo aspecto *default*. Para isso, é possível considerar as postulações de Godoi (1992) sobre o fato de que as classes aspectuais – *achievements*, *accomplishments*, atividades e estados – estão relacionadas ao tempo do evento e ao de referência. Assim, para uma sentença imperfectiva, sem marca para futuro e sem um enunciado EP pontuando o evento, o tempo denotado deve ser antes um intervalo que inclui o tempo de fala, isto é, o presente. Portanto, para as sentenças imperfectivas, o tempo de referência é o tempo de fala, a menos que um enunciado EP apareça nas sentenças, para restringir o evento. No caso de sentenças perfectivas *achievement*, por exemplo, sem marca para futuro, o tempo de referência deve ser anterior ao de fala, pois o evento denotado por uma situação *achievement* precisa ser completado antes de ser dito.

Por conseguinte, as sentenças “nuas” não são evidências para a projeção de TENSE na LIBRAS, uma vez que, com ou sem flexão temporal *covert*, é possível predizer a localização temporal dos eventos denotados pelas sentenças dessa língua, por meio da composição entre conteúdo lexical dos verbos (*aktionsart*), mais as implicaturas conversacionais geradas pelo conhecimento compartilhado entre os interlocutores sobre elementos contextuais e sobre a própria estrutura lingüística observada pelos tipos de enunciados. Dessa forma, no próximo item, é interessante avaliar um pouco mais a participação das marcas lingüísticas para a leitura de tempo/aspecto na LIBRAS.



#### 4.4 As sentenças com marcadores e a referência temporal e aspectual na LIBRAS

Dada essa explicação para sentenças “nuas” da LIBRAS, passa-se agora a enfocar a questão das sentenças com marcadores temporais para verificar qual a relação deles com a aspectualidade das sentenças nessa língua. Isso é importante para esta tese, uma vez que na organização aspectual da LIBRAS ocorrem marcações especiais, como demonstrado no capítulo anterior, isto é, os marcadores flexionais para aspecto perfectivo, imperfectivo e iterativo, sobre os quais não há dúvida em relação à determinação dada por ASPP. No entanto, há, ainda, operadores como EX, ANTES e PASSADO, com suas respectivas flexões, que poderiam ser analisadas como elementos essencialmente temporais na LIBRAS. É essa questão que se pretende avaliar neste item, ou seja, podem esses operadores também estabelecer relações aspectuais?

Como ponto de partida para essa análise novamente se toma como parâmetro as propostas de Godoi (1992) e Lin (2002, 2003). A deste, por sua investigação do emprego dos marcadores *le* e *guo*, no Chinês, pois é possível realizar uma avaliação, em paralelo à suas observações, para os marcadores da LIBRAS, e a de Godoi (1992), principalmente, por sua análise de predicados com ou sem EPs.

Segundo Lin (2003), o sufixo *le* tem sido caracterizado como um marcador perfectivo para o Mandarim, indicando conclusão ou término de uma ação, como no exemplo a seguir, que descreve um evento passado:

60. *Ta chi-le yi tiao yu*<sup>84</sup>

ele comer-Asp. um peixe

“Ele comeu um peixe.”

<sup>84</sup> Lin (2003) não faz nenhuma menção se haveria ou não mudança aspectual, do perfectivo para o imperfectivo, no Chinês, se o emprego de *le* se mantivesse, mas a “quantização” do SN fosse alterada, por exemplo para “peixes” ou “dezenas de peixes”.

O pesquisador esclarece que, embora sentenças com *le* tenham, usualmente, uma interpretação de passado indicando conclusão de uma ação, esse sufixo também é compatível com uma interpretação de presente prolongado. Os exemplos em (61) mostram *le* em sentenças cujas estruturas sintáticas são idênticas à de (60), mas com significados temporais totalmente diferentes.

61.

a) *Ta yang-le yi-tiao jinyu*

ele levantar-Asp um peixe-dourado

“Ele está levantando um peixe-dourado.”

b) *Wo (zai Boston) zu-le yi-jian gongyu*

eu em Boston alugar-Asp um apartamento

“Eu estou alugando um apartamento em Boston.”

c) *Zhangsan (shou-li) ti-le yi-ge da pixiang*

Zhangsan mão-em levar-Asp uma grande mala

“Zhangsan está levando uma grande mala (em sua mão).”

d) *Ni kan, Lisi qi-le yi-pi ma wang cheng wai fangxiang zou,*

você olhar Lisi cavalgar-Asp um cavalo para cidade fora direção passeio bu

*zhidao ta yao qu nar*

não saber ele querer ir onde

“Olhe! Lisi está cavalgando para fora da cidade. Não sei onde ele quer ir.”

De acordo com Lin (2003), uma propriedade importante para distinguir as sentenças de (60) e (61) parece ser o fato de que, quando uma sentença do tipo de (61) é verdadeira em um intervalo de tempo, ela também o é para todos os seus subintervalos – até mesmo um subintervalo não-final. Por exemplo, se João aluga um apartamento de abril a agosto de 2003, então, também é verdade que ele aluga o apartamento em maio e junho. No entanto, se João come um peixe das 5h30 às 5h45, não é necessariamente verdade que ele também tenha comido um peixe das

5h35 às 5h40. A partir dos trabalhos de Dowty (1979), essa característica ficou conhecida como propriedade dos subintervalos dos predicados atéticos.

Na LIBRAS, os principais operadores temporais que parecem ser responsáveis por uma interpretação de passado são os sinais de EX, ANTES, PASSADO (com suas flexões). Observem-se os exemplos:

62. PASSADO QUALQUER COISA, ATENÇÃO<sub>1S</sub> NÃO-TER ATENÇÃO, IDADE 15, BOBA, BOBA. (RO, E.avi)

“No passado qualquer coisa, não tinha atenção, aos 15 anos, era muito boba.”

63. <sub>1S</sub>MUDAR CURITIBA, PASSADO CURITIBA BOM CIDADE. (AM, D.avi)

“Mudei para Curitiba, era uma cidade boa.”

64. EU EX MINHA ANTES FAMÍLIA FALAR<sup>+flexão-cursivo</sup> RESOLVER<sup>...neg</sup>. AGORA ACEITAR ESTUDAR. (DA, C.avi)

“Antigamente, eu não aceitava o que minha família falava, agora eu aceito estudar.”

65. EX CASA NORMAL, GOSTAR, EU PEQUENA LUGAR C-A-M-P-O C-O-M-P-R-I-D-O LUGAR EU CASA PASSADO<sup>flexão</sup> PEQUENA CRESCER<sup>(flexão-inceptivo)</sup> ... (JO, A.avi)

“A casa era normal, eu gostava, era no bairro Campo Comprido, há muito tempo, eu era pequena e fui crescendo...”

66. CRESA EX CRESA ESTUDAR NÃO-RESOLVER. (DA, C.avi)

“Quando estudei no CRESA, não resolveu.”

Nos exemplos com os operadores “PASSADO” e “ANTES”, os predicados são fechados, isto é, perfectivos, e estão expressando um evento ocorrido no passado, embora os verbos dessas sentenças sejam estativos ou de atividades. Disso decorrem duas questões: a primeira é que esses marcadores de tempo passado parecem ser compatíveis com predicados imperfectivos (assim como o *le* do Mandarin); a outra questão diz respeito à proposta aqui desenvolvida para a qual os estativos e as atividades só precisam de um enunciado EP restringindo o tempo de

referência para serem lidos como fechados, ou seja, os itens lexicais “PASSADO”, “EX” e “ANTES” podem ser lidos como EPs.

Note-se que em (62), o estado de ‘não ter atenção’ é fechado pelo enunciado EP “PASSADO” e, ainda, o estado ‘ser boba’ está incluído no tempo de referência dado pelo enunciado EP “IDADE 15”, quer dizer, em ambas as situações ocorre a restrição  $TE \subset TR$ , assim como já demonstrado para outros exemplos. Essa relação também se dá em (63) com o tempo da situação estativa “ser boa” sendo incluído no tempo de referência denotado pelo operador “PASSADO”; ainda em (63), a primeira sentença também apresenta leitura de passado, devido à seleção realizada pelo aspecto perfectivo do verbo “MUDAR”.

Já em (64), os enunciados EPs, “EX” e “ANTES”, são o tempo de referência (ou o tempo tópico) que delimita, no passado, a situação de “FALAR <sup>+flexão-cursivo</sup> RESOLVER...<sup>neg</sup>”, ou seja, a relação é de  $TE \subset TR$ . Porém, vale notar que o verbo “FALAR<sup>+flexão-cursivo</sup>” está flexionado para denotar imperfectividade. Isso é interessante, pois assim como o *le*, do Mandarin, os operadores temporais “EX” e “ANTES” podem se combinar com situações abertas, o que, de acordo com Lin (2003), permite vê-los também como marcadores aspectuais. No que diz respeito ao evento de “ACEITAR”, na segunda oração, ainda em (64), o aspecto imperfectivo da situação de estado seleciona o tempo presente, reforçado pelo enunciado EP “AGORA”. Esse enunciado, na verdade, também gera a leitura de que o evento da primeira sentença, delimitado por “EX” e “ANTES”, tem o seu término no momento de fala.

Outro exemplo dessa interação entre os marcadores temporais da LIBRAS e a aspectualidade aparece em (65), pois os estados de “ser” e “gostar”, portanto imperfectivos, também são restringidos pelo enunciado EP “EX”. Além disso, na oração “PASSADO <sup>flexão</sup> PEQUENA CRESCER <sup>+flexão-inceptivo</sup>” aparece o operador temporal para passado junto com o verbo flexionado para o evento “crescer”, denotando aspecto imperfectivo. Esse exemplo, comparado ao (66), ilustra muito bem o fato de que, embora os operadores “ANTES”, “PASSADO” e “EX” possam ser tomados como temporais, como observam os pesquisadores de línguas de sinais apresentados no capítulo 2,<sup>85</sup> eles estabelecem uma relação aspectual na LIBRAS.

<sup>85</sup> Entre eles, Pereira (1993), Brito (1995) e Felipe (1998).

Retomando (65), “EX” está combinado com um predicado estativo e, em (66), com um *achievement*, que por si só seleciona tempo passado. Porém, em (66), o enunciado EP está empregado no sentido de “quando” e a situação de atividade “não resolver”, da segunda oração, é incluída no tempo de referência da primeira. Isso permite verificar que esse operador realiza alterações aspectuais, além das temporais.

Em outras palavras, esses operadores podem se combinar tanto com predicados perfectivos quanto com imperfectivos. Por essa razão, talvez seja melhor avaliá-los como realizações aspectuais e não apenas como marcadores de tempo, assim como faz Lin (2003) para o marcador *le*. Embora esse pesquisador não trabalhe com a idéia de enunciados EPs, ele demonstra que o marcador *le* também é compatível com predicados abertos, como nos exemplos anteriores, em (61), ou em (67), a seguir:

67.

a) \**Zhangsan kan-le yi-zhi niao*

Zhangsan observar-Asp um pássaro

“Zhangsan está observando um pássaro./Zhangsan observou um pássaro.”

b) *Zhangsan kan-le yi-bu dianying*

Zhangsan assistir-Asp um filme

“Zhangsan assistiu a um filme.”

Em (67a), é possível uma leitura para *le* na qual o evento continua até o presente. Além disso, esse sufixo pode ocorrer em orações com um significado que indica anterioridade da sentença encaixada com relação à principal, como em (68). Isso, de acordo com Lin (2003), confirma que *le* não é um marcador de passado absoluto. Essa mesma situação de temporalidade pode ser vista na LIBRAS, nos exemplos de (69):

68. *Jingguo ta-de jiangjie, wo duoshao liaojie-le yi dian GB lilun*

depois sua explicação eu mais ou menos entender um pouco GB teoria

“Após sua explanação, eu mais ou menos compreendo um pouco da teoria da GB.”

69.

a) PASSADO COMEÇAR FÉRIAS EU VONTADE DEPRESSA VIAJAR.<sup>86</sup>

“Quando chegaram as férias, eu fiquei ansiosa para viajar.”

b) IMAGINAR VIDA ANTES NADA ERRADO. (RO, E.avi)

“Imaginei a vida como era, nada errado.”

Em outra observação, Lin (2003) considera que se *le* for trocado por *guo* nas sentenças, como em (70), a ambigüidade desaparece e todas são interpretadas como eventos concluídos:

70.

a) *Ta chi-guo yi-tiao jinyu*

ele comer-Asp um peixe-dourado

“Ele comeu um peixe-dourado (antes).”

b) *Ta yang-guo yi-tiao jinyu*

ele levantar-Asp um peixe-dourado

“Ele levantou um peixe-dourado (antes).”

c) *Wo (zai Boston) zu-guo yi-jian gongyu*

eu em Boston rent-Asp one apartment

“Eu aluguei um apartamento em Boston (antes).”

Esses exemplos mostram que *guo* tem mais característica de marcador de passado do que *le*. Já para a LIBRAS, isso não pode ser afirmado sobre nenhum operador, nem mesmo para o “PASSADO”, visto que eles ocorrem igualmente com

<sup>86</sup> Esse exemplo, retirado de Strobel & Fernandes (1998), já foi dado no capítulo 3.

predicados imperfectivos, por conseguinte, denotam aspectualidade. Interessante, também, é a observação de Lin (2003) sobre o fato de que *guo* não pode ser um marcador de passado absoluto, uma vez que ele é compatível com interpretações de futuro ao aparecer em sentenças encaixadas, como o exemplo (71), nas quais expressa anterioridade relativa, ou seja, o evento denotado pela oração subordinada contendo o sufixo *guo* precede o evento da principal. Com relação aos operadores “EX” e “PASSADO”, na LIBRAS, os dados não apresentam ocorrências em que sejam empregados com relação ao futuro absoluto; no entanto, eles podem receber o valor de “quando”, como no exemplo (69), e interferir na aspectualidade da sentença principal, modificando a relação de anterioridade. Ou seja, assim como *le* e *guo*, os marcadores temporais, na LIBRAS, influenciam a aspectualidade dos predicados.

71. *Deng ni ting-guo ta tan gangqin yihou, ni jiu hui zhidao ta de jiqiao*

esperar você ouvir-Asp ele tocar piano, depois você então (irá) conhecer ele  
De habilidade ter  
*duo hao*  
como bom  
“Depois de tê-lo ouvido tocar o piano, você saberá como sua habilidade é  
boa.”

Em síntese, a interpretação temporal de sentenças da LIBRAS contendo os marcadores “EX”, “PASSADO” e “ANTES” é sensível ao *aktionsart* do VP. Lin (2003) sugere que o sufixo *le*, no Chinês, é um operador aspectual de realização de evento, portanto, com realização em ASPP, assim como outros marcadores de perfectivo e imperfectivo. Se isso é possível, a análise apresentada para *le* implica que a localização de situações temporais, descritas por sentenças com esse sufixo, pode ser determinada sem a projeção do nóculo de TENSP. Nessa visão, ASPP para *le* é determinado pelo *aktionsart* do VP. Essa observação de Lin (2003) se aproxima da proposta realizada para esta tese, no item anterior, em que se coloca a hipótese de que a seleção temporal na LIBRAS é realizada por ASPP.

Entretanto, para a análise da LIBRAS, os operadores “EX”, “PASSADO” e “ANTES”, considerados como enunciados EPs, são vistos como operadores de restrição temporal e não de eventos, uma vez que, por pressuposição, são interpretados como o tempo de referência que delimita o tempo do evento. Isso, no entanto, não invalida a interpretação de que eles sejam realizações de ASPP, porque justamente por estabelecerem essa relação entre TR e TE é que podem ser determinados por ASPP, pois, como previsto por Godoi (1992), a aspectualidade é produzida pela relação entre esses dois intervalos de tempo. Ainda, seguindo as sugestões de Klein (1994), a partir das quais Lin (2002, 2003) orienta sua investigação, é possível avaliar, da mesma maneira, os operadores da LIBRAS como aspectuais: mais do que entre TT e TF, esses operadores estabelecem relações entre TT e TS, como prevê o esquema de Klein (1994).

Vale ainda destacar que, conforme Chierchia (2003), como as implicaturas conversacionais são canceláveis, é possível haver duas estruturas diferentes que apresentam mais ou menos o mesmo conteúdo veri-condicional, gerando assim as mesmas implicaturas conversacionais. Ao se pensar com isso na segunda heurística de Levinson (2000), com a proposta da existência de estereótipos, os operadores de “PASSADO”, “EX” e “ANTES”, encaixam-se na idéia de operadores que geram implicaturas conversacionais generalizadas com relação à restrição de tempo e, por *default*, portanto, podem ser lidos como tempo de referência aspectual.

Além das relações aspectuais e temporais descritas nesse capítulo, há ainda uma situação não investigada por Lin (2003) com relação ao Mandarim, mas que merece, ainda que rapidamente, ser analisada para a LIBRAS. Ela diz respeito à participação da “quantização” do argumento do verbo para a interpretação da aspectualidade. Esse é o tema desenvolvido, a seguir, no último capítulo.

#### **4.5 Síntese do capítulo**

O aporte teórico da área da pragmática, para compor a proposta semântica de Godoi (1992) e Lin (2002), é buscado, primeiramente, no trabalho de Roberts (1995). Dessa leitura se nota a possibilidade de o conhecimento



compartilhado fazer parte da restrição temporal, a qual pode, portanto, ser também estabelecida por pressuposições pragmáticas.

Com a análise de Levinson (2000), é proposto um olhar para os dados a partir da hipótese de implicatura conversacional generalizada. São apresentadas algumas características da referência temporal na LIBRAS, que podem ser significadas por meio de informações colocadas, indiretamente, na estrutura lingüística e, assim, presumidas por *default*.

As pesquisas de Lin (2002), sobre a referência temporal e aspectual no Mandarim, mostram-se interessantes para a realização de uma análise comparativa com a LIBRAS. Ambas as línguas não apresentam morfologia para a categoria tempo. A proposta do autor é a de avaliar a real necessidade de existir a categoria funcional TENSE no Mandarim, em vista da possibilidade de que o tempo nessa língua seja uma marca de ASPP.

A integração da proposta de Lin (2002) – o tempo é denotado pela flexão semântica dada pelo *aktionsart* dos verbos – com a hipótese de Levinson (2000), na qual se defende que a estrutura lingüística pode gerar implicaturas conversacionais generalizadas, permite uma análise da categoria tempo, na LIBRAS, considerando que: o futuro tem uma estrutura estereotipada, precisando sempre de um operador temporal para ser denotado (heurísticas **I** e **M**); o passado pode ter operador ou ser dado pelo aspecto perfectivo dos verbos (heurística **I** e *aktionsart*); o presente é dado por *default*, justamente pela ausência de marcas para passado ou futuro, ou seja, por contraste significativo (heurística **Q**).

Exemplos reforçam a hipótese de que as sentenças sem operadores na LIBRAS podem ter a sua temporalidade denotada pela composição entre aspecto e fatores pragmáticos, como as heurísticas.

A análise de Godoi (1992), complementa a de Lin (2002) com a hipótese de que sentenças imperfectivas podem ter a aspectualidade alterada ao receberem EPs. Com essa integração das teorias dos pesquisadores, é possível propor uma investigação em que os operadores temporais da LIBRAS funcionem como EPs.

Ao entender os operadores temporais da LIBRAS como enunciados EPs, é plausível retomar a proposta de Roberts (1995) e avaliá-los como operadores que restringem o tempo nas sentenças. Assim, seguindo Godói (1992) e Lin (2002), tais operadores são tomados como o tempo de referência ou de situação para os enunciados. Dessa forma, podem ser analisados tanto como operadores temporais quanto aspectuais. Isso mostra a relação composicional que há entre tempo e aspecto nas sentenças da LIBRAS e, também, permite uma reflexão sobre a análise de LIN (2002) para o Mandarim, na qual se observa a exigência de ASPP, nessa língua, mas não TENSF.